



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Medidas de integração à comunidade cigana em Portugal:
Incentivos ao estudo e o seu impacto social, cultural e Questões de
género

Maria João Oliveira Bernardo Lourenço da Rosa

Mestrado em Antropologia

Orientadora:
Dr^a. Antónia Pedroso Lima, ISCTE-IUL

Outubro, 2023



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento de Antropologia

Medidas de integração à comunidade cigana em Portugal:
Incentivos ao estudo e o seu impacto social, cultural e Questões de
género

Maria João Oliveira Bernardo Lourenço da Rosa

Mestrado em Antropologia

Orientadora:
Dr^a Antonia Pedroso Lima, ISCTE-IUL

Outubro, 2023

Por ti pai,

Porque sempre acreditaste que eu era capaz, mesmo quando eu não acreditei.

Para ti, e só por ti

AGRADECIMENTOS

Durante todo o meu percurso académico foram várias as almas puras que me procuraram apoiar e nunca me deixar desistir dos meus sonhos. Não existem palavras para demonstrar o quanto a minha orientadora fez por mim, mais que uma professora uma amiga que esteve sempre lá para me apoiar. Quero agradecer também a todos os professores da Licenciatura que me inspiraram a seguir este rumo, um especial agradecimento ao Prof. Pedro Prista, sem as suas palavras jamais teria terminado o primeiro semestre da licenciatura ou teria embarcado na loucura de fazer dois mestrados ao mesmo tempo. Obrigada ao Prof. Francisco Oneto e à Prof Catarina Frois por todas as palavras que me levaram a defender sempre as minhas ideias, mesmo que estas sejam completamente diferentes do suposto normal. Um agradecimento do tamanho do mundo à minha querida melhor amiga, uma irmã a que devo a minha sanidade mental, Rita Oliveira e aos meus melhores amigos e irmãos que sempre se esforçaram para estar presentes, mesmo quando a vida não é fácil —Daniel Charneca, Ghandy Spencer e João. Já que se fala de família, jamais me poderia esquecer dos meus irmãos, obrigada pelo orgulho que sentem em mim e que me faz não vos desiludir! À minha nova estrela no céu, pai, e à minha estrela guia—avozinha, que me fizeram sempre acreditar que tudo é possível, não existe impossível para mim! Obrigada, mano, mais velho pela tua casa da Suíça, que me ajudou a retomar o foco na tese. Por fim, obrigada ao amor da minha vida por todas as noitadas em que esteve ao meu lado, por me aturar sempre que eu disse que ia desistir e por acreditar em mim mesmo quando eu não acreditei! Aliás, obrigada a todos vós que sempre me apoiaram! Um obrigado à Lucia, à Raquel Almeida, à Ana, à Catarina Natário, ao Joel, à minha Dory, ao Ruben, ao meu afilhado Pedro, ao meu caro amigo António Prata, à minha linda Maria, à Dulce (que já é a 2ª tese que corrige), ao Douglas (quem me fez pegar nesta tese de novo), ao Diogo, ao Tiago Campos, à Márcia Rosa, e a todos que sempre estiveram lá, nem que tenha sido num determinado momento da vida, mas que me fez hoje estar aqui!

Por fim, com a falta de coragem de entregar esta tese que está pronta há 1 ano, quero agradecer as minhas duas companheiras: Joana e Mariana. Das melhores pessoas que conheci e que me fizeram acreditar mais em mim e nos meus sonhos.

“Tudo é impossível até se conseguir! Eu acredito em ti, e tenho muito orgulho em ti”

Fernando Rosa, 10 Março 2022

RESUMO

Nos últimos vinte anos, de forma a responder ao aumento da imigração em Portugal, as políticas de integração de “minorias” étnicas sofreram várias alterações. Foi neste âmbito que foram elaboradas políticas de combate a desigualdade específicas para a comunidade cigana que procuravam promover a inserção e oportunidades de acesso à escolarização e ao trabalho. Aprovada em 2013, um dos eixos centrais da Estratégia Nacional para a integração das comunidades ciganas (ENICC) é o incentivo para que os jovens ciganos completem a escolaridade obrigatória, considerada uma forma particularmente eficaz de combate à exclusão e à desigualdade, e promoção da integração social e no mercado de trabalho. Esta dissertação procura analisar a implementação do programa Operacional de Promoção da Educação (OPRE), concebido para incentivar a progressão de estudos dos jovens ciganos. Através do trabalho de campo e entrevistas não estruturadas a jovens bolseiros e moderadores, pretende-se perceber o objetivo desta medida na comunidade. Os resultados da presente investigação demonstraram-se inesperados: alunos bolseiros descontentes e que afirmam sentir-se oprimidos. Contudo, concluiu-se com este estudo que é uma iniciativa que tem facilitado a vida dos estudantes oriundos da comunidade. Apesar de todas as falhas relatadas, sendo normais dado que é um programa recente, algumas das soluções propostas dizem respeito a forma de divulgação da informação das bolsas ou a forma como é gerida.

Palavras-Chave: Comunidade cigana, Integração, escolaridade, estudos de género

Abstract

In the last 20 years, the integration policies of ethnic "minorities" have been subject of several changes in Portugal, fundamentally to respond to the increase of immigration to the country. It is in this context that policies were developed to combat inequality specific to the Roma community, which sought to promote the insertion and opportunities for access to schooling and work. Approved in 2013, one of the central axes of the National Strategy for Roma communities integration (ENICC) is the incentive for young Roma to complete compulsory schooling, considered a particularly effective way to combat exclusion, inequality and promote social and the labor market integration. This dissertation seeks to analyze the implementation of the Operational Program for the Promotion of Education (OPRE), designed to encourage the progression of studies of young Roma. Through fieldwork and unstructured interviews with young scholarship members and moderators, we intend to understand the impact of this measure in the community. The analysis will focus on the following questions: What is the success rate of these initiatives? Have they contributed to a real decrease in discrimination and increased integration? What is the impact in the community? What effects has it had on gender inequality and the social roles of Roma women? The results of this investigation proved unexpected: disgruntled scholarship students who claim to feel oppressed.

Keywords: Roma community, Integration, education, gender studies

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. Enquadramento teórico	5
2.1. Trabalhos e Estudos sobre a comunidade cigana	7
2.1.1. Portugal	8
2.1.2. Na Europa e no Mundo	12
Capítulo 3. Contextualização	17
Contextualização e Alterações Legislativas de Promoção e Integração — Europa e Portugal	
3.1. Na Europa	17
3.2. Em Portugal	23
3.2.1 Dinâmicas de Inclusão para as comunidades Ciganas e Leis em Vigor	25
3.2.2 Dinâmicas de Inclusão	25
3.2.3 Legislação em Portugal— Presentemente	27
3.2.4 Estratégia Nacional 2013-2022	29
3.2.5 OPRE e RomaEduca— Como nasceu os programas de incentivo à progressão de estudos e integração	30
3.2.6 OPRE— Bolsa para estudantes universitários	30
3.2.7 RomaEduca— Bolsa para alunos do secundário	32
Capítulo 4. Metodologia e Resultados	35
4.1 Incentivo aos Estudos— Solução contra a discriminação e Segregação?	35
4.2 Pesquisa Etnográfica	36
4.3 Observação não participante	37
4.4 O cigano bolseiro e a condição familiar	40
4.5 A bolsa OPRE e o seu impacto	43
4.6 OPRE e o futuro	51
4.7 O que melhorar? — Opiniões e sugestões dos bolseiros	52

4.8 Discriminação— O impacto OPRE	55
4.9 O melhor da OPRE	57
Capítulo 5. Conclusões e considerações finais	59
Referências Bibliográficas	63

Introdução

Existem registos da presença da comunidade cigana em Portugal há mais de 500 anos, sendo um dos primeiros o cancionero Geral de Garcia de Resende, em 1516 (Mendes, 2007; Magano e Mendes, 2020). Apesar da sua longa história em território português, atualmente ainda é uma das comunidades mais excluídas e discriminadas no país, o que se verifica também nos outros países da Europa (serviço das publicações da união europeia, 2018).

Sendo a comunidade cigana - atualmente designada pela literatura internacional por *Roma*¹, tradicionalmente nómada e com uma cultura ágrafa², é difícil situar claramente a sua origem. Embora esteja atualmente provado serem oriundos do Nordeste da Índia e que se iniciaram os seus movimentos migratórios por volta do séc. III (Thankur, 2013). O seu percurso foi longo e prolongado no tempo, atravessaram inúmeros países, onde alguns grupos se foram fixando, enquanto outros continuaram. Estas passagens por regiões tão diversas, bem como as suas fixações, estão na base de diferenças que resultam de influências culturais e linguísticas variadas. Estas deram origem a vários grupos que, embora tendo raízes comuns, vão-se diferenciando entre si, tornando o povo cigano um conjunto heterogéneo, embora com um património cultural comum. O grupo Kalé, um dos três grupos étnicos do “povo cigano” (Kalé, Roma, Sinti), chegou à Península Ibérica no primeiro quarto do séc. XV e a Portugal em meados do mesmo século (Morais, 2005; Thankur, 2013).

A onda de curiosidade sobre este grupo — vestido com roupa chamativa, falando uma língua diferente e com uma música original — transformou-se ao longo do tempo em afastamento, desconfiança e desvalorização (Nunes, 1996; Bastos, 2009). A discriminação e marginalização de que cedo foram alvo (Moonen, 2011) promoveram um grande isolamento das comunidades, sendo muitas das vezes estes próprios responsáveis pela deterioração do “clima social” onde vivem (Malheiros, 2007). Criaram-se à sua volta barreiras que os remeteram ao isolamento e promoveram o seu esquecimento, mas que, por outro lado, foram o que lhes permitiu manterem-se coesos e conservar a sua identidade e valores culturais

¹ Este termo corresponde à designação do grupo étnico e a sua adoção visa retirar o significado negativo associado ao termo palavra “cigano”. Em Portugal ele não é muito usado dado o outro significado do termo rom/roma (grupo étnico cigano), o que, de certa forma, ao ser utilizado anula o grupo étnico cigano que está em Portugal— kalo/caló/ calon. A discussão sobre a utilização destes conceitos será objeto de reflexão aprofundada na dissertação.

² Não tem escrita própria, assim possui outras formas de manter conservados os seus mitos: “As sociedades onde a maioria da população não sabe ler nem escrever, apesar de serem comumente designadas comunidades ágrafas, dispõem de formas de registo gráfico permanente de mensagens e de mecanismos imateriais de preservação do legado do passado” (PINTO, 2013:131)

fundamentais, nomeadamente aqueles que se prendem com o culto da família, com o respeito pelas pessoas mais velhas e a proteção das crianças.³

Durante séculos, os diferentes grupos ciganos na Europa foram discriminados e perseguidos (Becky e Hinks, 2021), submetidos com frequência a leis repressivas que legitimaram punições duras e nem sempre proporcionais aos delitos cometidos (Nunes, 1996; Casa-Nova, 2009). O termo cigano passou a ser sinónimo de pessoa não confiável⁴. Por esta razão, os estudiosos procuraram alterar o termo mais recentemente— sendo intitulados como Rom ou Roma. Apesar do esforço para designar a comunidade ainda hoje— os ciganos ibéricos (Kaló/Caló) — preferem usar o termo cigano a rom/roma.⁵ Apesar da evolução sentida nos últimos anos, continuam a registar-se níveis elevados de discriminação, pobreza e exclusão social de muitas pessoas e famílias ciganas, bem como um forte desconhecimento e desconfiança entre pessoas não ciganas e pessoas ciganas (ACM, 2018). É possível encontrar este padrão de exclusão e discriminação em Portugal e vários países europeus (Van Dijik, 2009; Schneeweis e Foss 2017; Power e Lever, 2017; Brasil et al., 2018). O EU-MIDIS II⁶ indica que 80% dos ciganos vivem abaixo do limiar de pobreza, independentemente do país onde se encontrem, e continuam a deparar-se com intolerância e discriminação na procura de trabalho, na educação e no acesso aos serviços de saúde (EU-MIDIS II, 2016).

Em Portugal, tal como se verifica no resto da Europa, a comunidade cigana continua a caracterizar-se por ser um grupo étnico pobre, com poucas condições habitacionais, pouca integração social e pouco escolarizada, em relação à média nacional, “continuam a registar-se níveis elevados de discriminação, pobreza e exclusão social de muitas pessoas e famílias ciganas, bem como um forte desconhecimento e desconfiança entre pessoas não ciganas e pessoas ciganas” (ACM, 2018).

Importa referir que não existe um levantamento atualizado e exaustivo sobre as condições de vida, necessidades e especificidades culturais desta comunidade, o que contribui para a prevalência de uma visão estereotipada acerca deste grupo. Este estereótipo está, em grande

³ É de ter em conta que apesar deste afastamento a cultura foi bastante afetada pelos costumes do país em que se encontravam, por exemplo, em Portugal tomaram a tradição do luto como se sua se tratasse— havendo algumas alterações pouco significativas. Na língua, romani, acrescentaram várias palavras de origem do país onde estavam, tomemos o exemplo de Espanha: Chavalé em romani significa criança/jovem, palavra idêntica ao Espanhol Chaval.

⁴ Em alguns dicionários da língua portuguesa ainda é possível encontrar formas pejorativas de designar este grupo étnico, traduzindo “cigano” para indivíduos que tentam enganar os clientes em negócios, que agem no intuito de ludibriar (Costa, 2003).

⁵ Deve-se ao facto de Roma corresponder também a um grupo étnico cigano. Desta forma, muitos revelam em entrevistas que não querem ser confundidos etnicamente.

⁶ Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia

medida, na base da continuidade de uma significativa discriminação, tanto em termos simbólicos, isto é, a conotação associada à palavra cigano, sociais como em termos da integração no mercado de trabalho (Magano e Mendes, 2014).

Apesar da falta de conhecimento sobre as necessidades e desafios que a comunidade cigana enfrenta no território português, é de grande importância referir o trabalho das OSC (organizações da sociedade civil) que têm procurado responder a problemas habitacionais, alimentares, escolares, entre outros.

Em 2000 é adotada uma diretiva sobre a igualdade racial, obrigando os estados-membros a fornecer direitos iguais a minorias étnicas, incluindo os ciganos, englobando neles serviços de educação, saúde, emprego e habitação (EAPN, 2011). Esta diretiva mostra-se um princípio no combate à discriminação racial, contudo, só em 2013 é que surge um programa de integração dito mais justo, incentivando a partilha de conhecimento da comunidade cigana com a comunidade local⁷. Foram implementadas políticas de integração através da progressão de estudos definidas para as comunidades ciganas em Portugal, definidas na Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-22). A estratégia segue uma corrente de pensamentos que valoriza e reconhece a educação como um pilar da sociedade, e que defende que o investimento na educação permite combater a continuação de ciclos de pobreza e exclusão social. O próprio Estado tem vindo a reconhecer a necessidade de tornar a escola num espaço estimulante para os jovens e crianças ciganas (Mendes et al., 2020). De forma a incentivar a progressão de estudos dos jovens ciganos, o ACM (Alto comissariado para as Migrações) desenvolveu os programas RomaEduca (2020) e OPRE (2016)⁸. Estes, sendo mais recentes que as próprias estratégias nacionais acabam por não estar nela mencionados, porém seguem a corrente de pensamento: incentivar a progressão de estudos e combate ao abandono escolar. De acordo com um estudo coordenado pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, *Opre Chavalé* (Baranyai e Kiss, 2016), existe uma alta taxa de analfabetismo (15,5%) das pessoas ciganas, em particular das raparigas.

⁷ O programa de integração inclui medidas tais como partilha local da cultura/história da comunidade cigana.

⁸ OPRE (Programa operacional para a promoção da educação) e RomaEduca são ambos bolsas de incentivo à progressão de estudos. A primeira direcionada a universitários e a segunda a alunos a partir do terceiro ciclo.

A presente dissertação propõe-se analisar o impacto das políticas de integração— mais concretamente a do incentivo ao estudo com a bolsa OPRE— para com a comunidade cigana. Essas medidas verificaram-se neste estudo como insuficientes apesar de terem tido um grande impacto na comunidade. Esta escolha parte do meu próprio percurso como estudante cigana e usufruidora desta medida.

A análise será centrada em particular nas seguintes questões: Qual é a taxa de sucesso desta iniciativa? Será que têm contribuído para uma real diminuição da discriminação e um aumento da integração? Qual o seu impacto na comunidade? Que efeitos teve na alteração da desigualdade de género e no percurso social das mulheres ciganas?

A estratégia metodológica utilizada baseia-se na observação participante. Esta estratégia permite aceder ao significado que determinadas situações têm para com um determinado ator social (Santos, 2019). A recolha de informação na observação participante é feita através de conversas, entrevistas e histórias de vida, implicando uma convivência quotidiana com o objeto de estudo. O trabalho de campo foi realizado com bolseiros, ex-bolseiros e mediadores OPRE, este último trata-se de membros da comunidade cigana responsáveis pela ponte entre a escola/faculdade e a família.

A dissertação está organizada em cinco capítulos: no primeiro faz-se uma introdução e uma contextualização do tema. O segundo capítulo dedica-se a um enquadramento teórico e revisão de bibliografia sobre o tema no âmbito da Antropologia. No terceiro capítulo descrever-se-á, com uma revisão histórica, a evolução da legislação portuguesa e europeia relativamente à comunidade cigana. Desta forma, teremos uma compreensão e contextualização das medidas de promoção da educação naquela comunidade. No quarto capítulo é feita a análise das entrevistas e dados recolhidos na observação participante e não participante. Por fim, o quinto capítulo procura sintetizar as dimensões mais relevantes de aplicação destas medidas legislativas na comunidade e refletir sobre o futuro destas e o impacto na vida das pessoas.

2. Enquadramento Teórico

A história da comunidade cigana é pouco conhecida (Costa, 2006), dado que a sua cultura e história é transmitida oralmente. Atualmente está provado, serem oriundos do Nordeste da Índia (Fienbork, 1998; Kenrick, 1998; Mendes, 2005; Thakur,2013). Iniciaram os seus movimentos migratórios por volta do séc. III (Fienbork, 1998; Thakur,2013). Segundo Kenrick (1998) emigraram da Índia para a Pérsia, provavelmente como guardadores de gado, músicos e guarda-livros, havendo registos escritos destes. A passagem pela Pérsia permitiu chegar à Europa, pelo Médio Oriente (Kenrick, 1998). O seu percurso foi longo, aproximadamente dez séculos, atravessaram inúmeros países, onde alguns grupos se foram fixando, enquanto outros continuaram.

No final do século XVIII, segundo Liegeois (1998), os linguistas afirmam que a língua romanó tem semelhança com a língua Sânscrito, derivando dela. Com um exame do vocabulário e estrutura gramatical dos diferentes dialetos, foi dada uma possível ideia dos itinerários seguidos na época das migrações, sendo idêntico ao defendido por Kenrick (1998) (Liegeois, 1998). Turner (1927) mostra que a língua cigana tem semelhanças com os Hindou-Kouch e língua da Índia central (Heusch,1966). As primeiras mudanças na língua cigana ocorrem na Arménia, originando a primeira de muitas mudanças na língua inicial (Kenrick, 1998).

Vários historiadores apontam três vagas migratórias: a primeira de 224-642AC, a segunda entre 642-900 AC e a terceira entre 900AC e 1452 DC. Segundo Marcel Courtiade, os primeiros grupos ciganos começaram a atravessar o Bósforo no ano 1000, espalhando-se de seguida por toda a Europa (Auzias, 1995). Esta vaga é responsável pelos grupos presentes em Espanha e em França. Independente do país onde se encontravam, a sua presença nem sempre foi bem aceite, originando um conjunto de medidas para os afastar desses mesmos locais, assunto que será abordado adiante.

É possível distinguir três grandes grupos étnicos: Rom/Roma, Sinti e Calon/Kalé. Os Rom estão predominantemente presentes nos países balcânicos e falam o romani (Moonen, 2013). A partir do século XIX emigraram também para outros continentes, sendo os Rom grupo mais estudado, dado ser o que se encontra na maioria dos países europeus. Autodenominam-se de ciganos autênticos, sendo por isso adotado o termo rom, em alguns estudos europeus, para denominar corretamente estes indivíduos (Magano, 2017). Os Sinti (ou Manouch) falam uma

variante do Romani, o sintó, e residem maioritariamente na Alemanha, França e Itália (Moonen, 2012). Já os ciganos ibéricos, que vivem em Espanha e Portugal, são chamados Kalé, Caló ou calon. Estes chegaram à Península Ibérica no primeiro quarto do séc. XV e a Portugal em meados do mesmo século (THAKUR, 2013). No decorrer dos tempos foram para outros países da Europa e desterrados para a América do Sul (Moonen, 2012).

A misticidade associada ao indivíduo cigano remota a 1050, quando o imperador do atual Istambul, então Constantinopla, ordenou a matança de animais, com ajuda de membros da comunidade cigana, apelidados de adivinhos (Moonen, 2013). Esta onda de curiosidade e misticidade sobre este grupo, vestido de roupa colorida, falando uma língua diferente e com uma música original, transformou-se ao longo do tempo em afastamento, desconfiança e desvalorização (Nunes, 1996; Bastos, 2009). A discriminação e marginalização de que cedo foram alvo (Moonen, 2011) criaram à sua volta barreiras que os remeteram ao isolamento e promoveram o seu esquecimento, mas que, por outro lado, lhes permitiu manterem-se coesos, conservar a sua identidade e valores culturais fundamentais, nomeadamente aqueles que se prendem com o culto da família, com o respeito pelas pessoas mais velhas e a proteção das crianças. O indivíduo cigano tem um forte sentimento de pertença étnica e sente a necessidade de manter a sua cultura e características vivas (Van Cleemput, 2018). Contudo, esta coesão identitária permite também preservar a visão social da mulher, isto é, a importância que esta tem na comunidade cigana e como é esperado que se comporte. Esta visão poderá se refletir em várias situações, tais como, a percentagem de mulheres que conseguem terminar os estudos ou aceder ao ensino superior.

Fenton (2005) define cultura como um projeto aberto, que assenta nos pilares de tradição e continuidade de valores e costumes; enquanto a etnia requer uma descendência de um determinado grupo. O conceito de raça, muitas vezes utilizado para se referir ao grupo étnico Roma, categorizando-o e segregando-o, refere-se a um conjunto de características físicas fenotípicas que caiu em desuso em meados de 1950, de acordo com a Unesco. É importante referir que este por si só, não é responsável pelas diferenças sociais que se encontram do passado até aos dias de hoje. A segregação social é uma ferramenta de dominação e exploração, ancorada a ideia de superioridade do dominador, sendo uma ferramenta intencional aplicada através de um conjunto de mecanismos políticos e legais que pressupõem que o migrante/ o cigano/ o subalternizado não tem direitos, somente deveres criando, desta forma, uma

desigualdade. Este jogo de poder provoca uma diferença de classes e uma dependência, disfarçada na ideia que existe características físicas fenotípicas superiores a outras. (Burawoy, 1976). Este tipo de sistema de subalternidade é encontrado em outros contextos, tais como em África, sendo a base da escravatura ou a segregação comumente encontrada entre país dominante e migrantes. Burawoy afirma inclusive que o trabalho do migrante, existe apenas devido ao desenvolvimento desigual do capitalismo refletindo a dependência económica de um país subalternizado em relação ao país dominante (Burawoy, 1976).

2.1. Trabalhos e Estudos sobre a comunidade cigana

Michael Stewart (2013) ao abordar o tema ciganos no subcampo disciplinar da antropologia, afirma ser possível encontrar trabalhos em quase todos os países da Europa e fora da Europa. Esta diversidade e multiplicidade de trabalhos permite uma maior compreensão da complexidade de “um grupo étnico” negligenciado pela antropologia desde o seu período clássico (Stewart, 2013). Apesar desta afirmação por parte do autor, o folclore enquanto disciplina estudou várias vezes os traços culturais dos ciganos, principalmente no que se refere a tradições orais e musicais. Presentemente, a preocupação com estas tornou-se obsoleta em comparação com as dinâmicas intelectuais e sensibilidade crítica da antropologia social e cultural. Este contraste de “sensibilidades” é referido por Stewart e Marton Rovid (2010) numa obra que se foca na multidisciplinaridade em torno da questão cigana.

Nesta obra de 300 páginas, os autores começam por informar que a investigação dos ciganos, no passado, era marginal às preocupações académicas porque a maioria dos seus praticantes eram na realidade folcloristas amadores. O seu principal interesse era tratar os ciganos como modelos de um mundo perdido e não como cidadãos pertencentes a nações modernas. Presentemente, o campo tem duas forças contrastantes: a preocupação emocional compreensível de transformar a situação destes indivíduos em questões de direitos humanos; e a dificuldade de os académicos lidarem com pessoas com uma cultura diferente. Isto ocorre porque a comunidade cigana não é um povo, no sentido que o estados-nação constitui (Stewart e Rovid, 2010). Ao tentar identificar as diversas tendências no universo dos estudos “ROMA” em antropologia, Stewart (2013) destaca Williams (2003), usando-o como exemplo. Este autor,

tal como outros que seguem a sua corrente de pensamento, afirmam que os ciganos desejam se manter isolados a fim de preservar as suas “tradições e costumes” de interferências externas da sociedade majoritária (Stewart, 2013).

Acadêmicos neerlandeses pós-foucaultianos também são referidos por Stewart (2013), que procuram criticar a visão dita “exotizada” por folcloristas, que tem a principal preocupação identificar um cigano verdadeiro de um não verdadeiro. Estes folcloristas contemporâneos, entendem estas leituras como contribuintes para a composição de narrativas infrutíferas, usadas politicamente para validar e sistematizar violências contra minorias étnicas, contribuindo também para um processo de validação do que é ou não é ser cigano exigindo-lhes, na maioria das vezes, assimilação cultural. Esta validação tanto institucional como social do que é ser ou não cigano é comum noutras sociedades, noutros contextos onde a sociedade dita majoritária procura recorrer a referências folclóricas para justificar a pertença dessas pessoas a uma determinada cultura. Em Portugal, os ciganos são considerados cidadãos portugueses, contudo se houver uma atenção a certos políticos/ pessoas com que nos cruzamos (que se limitam a dizer o que muitos portugueses pensam e não dizem), a comunidade cigana é vista como não pertencente a este país. Para o serem devem abandonar a sua cultura, alterar o seu “comportamento”, vendo esta diferença como algo negativo.

2.1.1. Portugal

No âmbito da Antropologia portuguesa, os primeiros estudos realizados sobre ciganos em Portugal são os trabalhos de Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Rocha Peixoto e Leite de Vasconcellos (Costa, 2001). Adolfo Coelho (1893), com a sua obra “Os ciganos de Portugal” faz, o que se considera, uma das primeiras análises linguísticas aos Romanô (língua cigana). Para além deste glossário ainda possui um esboço etnográfico e histórico com informações sobre padrões de mobilidade, rituais e ocupações. Este afirmava que o estudo antropológico e etnográfico dos ciganos representava uma grande dificuldade de atuação e realização, devido ao carácter duvidoso dessa gente (Coelho, 1995(1893)). Com este autor e, mais tarde, com Vasconcellos (1982) surge o chamado racismo literal, ou seja, quando há um reconhecimento de uma diferença fenotípica acompanhada com uma classificação de pessoas ou grupos pelo seu aspeto. E surge também o chamado racismo civilizacional ideológico, comum nos projetos

antropológicos (Blanes, 2008). Nesta altura, a chamada antropologia clássica, trazia, para a dita intelectualidade romântica portuguesa, estudos sobre a cultura popular no contexto de uma afirmação de “identidade nacional” (Blanes, 2008). José Leite de Vasconcellos (1910), apesar de não escrever nada de diferente dos anteriores autores, contacta pessoalmente com grupos de ciganos obtendo informações diretamente destes. Este escreve o pequeno texto “De como se chamam os Ciganos” (1910), onde aborda o batismo e os nomes. Estes trabalhos apesar de antigos revelam-se importantes, fornecendo dados para compreender as mudanças, a forma como viviam e o que se manteve até aos dias de hoje. Para além destes dados é possível compreender de que forma este grupo étnico era visto pelos académicos, permitindo observar o modo como a antropologia trabalhava e estudava o “Outro” e aprender com isso, procurando fazer diferente.

Rocha Peixoto (1897), outro autor clássico, tem uma preocupação diferente, focando-se na forma como os ciganos chegaram à Europa e como se espalharam pelos países. Atribui ainda aos ciganos a difusão dos metais pela Europa e norte de África. Por fim, resume a obra de Adolfo Coelho adicionando-lhe alguns dados etnográficos novos, apoiando etnografias mais completas sobre este grupo, com a finalidade de diminuir o “desconhecido”. Apesar de um texto um tanto ultrapassado, devido a ser “fruto do seu tempo” não é possível deixar de reparar no desdém com que o autor fala deste grupo étnico, referindo-se a estes como hipócritas, ladrões, irreligiosos. Apesar destes defeitos apontados, o autor também se mostra flexível, afirmando que nem todos são iguais, referindo os vários ciganos se alistaram exército português na época de João IV.

Segundo Daniel Seabra Lopes (2008), a partir da década de 70 do século passado a antropologia começou a focar-se nas tentativas de exclusão e inclusão da comunidade cigana. Piasere (1994:21) considera que este estudo tardio da cultura cigana se deve ao facto de que, historicamente, a antropologia procurava estudar o exótico distante. A comunidade cigana corresponderia na realidade ao primitivo deslocado, exótico, mas geograficamente próximo, não correspondendo desta forma ao primitivo que estes procuravam (Casa-Nova, 2009).

A partir de 1995, começam a aparecer várias investigações levadas a cabo por investigadores universitários com «formações e interesses muito diversos» (Bastos 2007:25). São de salientar os trabalhos de análise histórica da etnia cigana em Portugal de Costa (1995) e Mendes (2005), que demonstram como ao longo de décadas os ciganos foram excluídos da sociedade e do próprio território português. No ponto de vista da assimilação é possível referir

estudos como os de Cortesão (1995), Mendes (1998, 2007 e 2012), Cardoso (2001), Fonseca (2005), Silva (2005), Dias (2006), ERRC (2007), Santos (2008) e Lopes (2008) que abordam tentativas de implementar processos de assimilação — atualmente designados por inclusão⁹— na tentativa de diminuir a intolerância e a discriminação em relação à comunidade. Nessa mesma altura, entre 1996 e 1999, o estado português demonstrou preocupação com as desigualdades relativamente a educação destacando-se o Programa Territórios Educativos e Intervenção Prioritária (TEIP) e o Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF) como forma de melhorar o acesso à educação e combater o insucesso escolar (Magano e Mendes, 2016).

Presentemente, no que toca ao interesse académico sobre grupo étnico em Portugal, segundo Magan (2014) continuamos a encontrar poucos trabalhos de investigação qualitativa aprofundada e poucos dados estatísticos (Magano e Mendes, 2014)¹⁰. Neste quadro são de salientar os estudos sobre o contexto feminino cigano: Luísa Ferreira da Silva (2005) sobre o comportamento de saúde materna das mulheres ciganas portuguesas, a obra de Donizete Rodrigues e Célia Vieira (2000) sobre mulheres ciganas em contexto de reclusão e a tese de doutoramento Santos (2009)¹¹ sobre a saúde sexual e reprodutiva entre mulheres ciganas. Todos estes estudos referem a importância da mulher cigana na comunidade, tanto seu papel central na transmissão da cultura e relações familiares por via oral, como pela sua importância na economia familiar resultante das actividades de venda (Cardoso 2001).¹² Para além disso, é possível retirar outras conclusões importantes: Metade das pessoas entrevistadas por Silva (2005) vivem em condições de vida com necessidades elementares no que toca a saneamento,

⁹ no dicionário é sinónimo das palavras “envolver”, “compreender”, “abranger”. A discussão destes termos será desenvolvida aquando da dissertação.

¹⁰ Outros projetos têm sido desenvolvidos, com grande interesse, sobre a comunidade cigana. É possível salientar o blog: <https://historiasocialantropologiaciganos.blogs.sapo.pt/> e o projeto entremontes— um podcast. Este trata-se de um projeto da Associações Portuguesa desenvolvimento da etnia cigana (APODEC) e da associação de apoio e segurança psico-social (AASPS), com apoio do ACM. Produzido pelo CRIA.

¹¹ SANTOS, A., De mães para filhas: representações e práticas de saúde sexual e reprodutiva de mulheres ciganas, Coimbra: FEUC, 2009.

¹² É possível referir ainda publicações e estudos sobre os ciganos mais recentes, estes normalmente são realizados por organizações como a ONPC (Obra Nacional Pastoral dos Ciganos), CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral), o SOS Racismo e o Secretariado Entreculturas. Ponto de vista académico destacam-se os trabalhos de investigação de José Gabriel Pereira Bastos e Susana Pereira Bastos, do CEMME, (Centro de Estudos e Minorias Étnicas da Universidade Nova de Lisboa), os estudos de Maria Manuela Mendes (2005) sobre os ciganos do Porto e de Espinho, Eduardo Costa Dias, a Luísa Cortezão, o Carlos Jorge Santos Sousa. Outro trabalho bastante interessante desenvolvido pela investigadora Alexandra Castro explora, no âmbito de um projecto do Centro de Estudos Territoriais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, os aspetos relacionados com a mobilidade e com o território em que circulam e se instalam as populações ciganas.

água potável e habitação. A sua forma de olhar para a saúde é diferente da comunidade não cigana, tendo uma visão que se insere na “cultura da pobreza” (Lewis, 1970; Petonnet, 1985; Hoggard, 1998; Silva, 2005), isto é, fatalismo e incapacidade de ação preventiva (Silva, 2005), justificando todos os problemas de saúde com algo sobrenatural. Este fator demonstra que as posses económicas não são o único problema de exclusão, mas é um facto importante.

Outro estudo bastante relevante é o estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas (Mendes, Magano e Candeias, 2014) que aborda as principais políticas públicas, fornecendo dados importantes para compreender a realidade da população cigana em Portugal e revelando a escassez de estudos quantitativos a nível nacional das condições de vida destas comunidades.

As medidas de promoção de integração da comunidade cigana verificam-se na maior parte dos países da União Europeia, através de políticas que se centram na melhoria dos serviços sociais, habitação, saúde, escolaridade e prestações sociais estatais. Em Portugal, a medida mais recente (2013-2022)¹³ ainda em vigor é o Plano Nacional de Integração das Comunidades Ciganas 2013-22, promovida pelo ACM¹⁴. As várias medidas implementadas parecem estar a cumprir os seus objetivos, mas são poucos os dados existentes sobre o seu impacto e aqueles que existem apenas apresentam dados estatísticos, sem um enquadramento, contextual, teórico ou olhar etnográfico sobre a comunidade (Lopes, 2008). Um dos trabalhos mais relevantes é o de Bastos, J (2007),¹⁵ que faz uma análise à forma de como a comunidade cigana é representada pelos meios de comunicação social.

Relativamente a trabalhos sobre políticas de integração são de destacar os seguintes: a tese de Sónia Valente (2014) focada na zona de Coimbra; o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas de Mendes, Magano e Candeias (2014), o artigo “Ciganos e Políticas Sociais em Portugal” de Magano e Mendes (2014) e o projeto de Rita Gonçalves (2018) sobre a comunidade cigana de Orada.

A continuidade dos estereótipos sobre a comunidade cigana está certamente associada ao pouco conhecimento sobre a mesma, mas está também associada ao facto de o Estado português não os ver como grupo étnico, considerando que os seus membros são portugueses,

¹³ Resolução do Conselho de Ministros nº154/2018.

¹⁴ Alto comissariado para as migrações

¹⁵ Um dos exemplos dados é de uma notícia onde União Romani- União de Todos os ciganos portugueses acusa o ACIME de impedir as associações ciganas de se candidatarem a realização do estudo sobre ciganos, acusando que segundo o ponto de vista do ACIME “a comunidade cigana serve para ser estudada e não auto- estudada”. Bastos (2007: 80)

razão pela qual não existem dados concretos sobre o número de indivíduos e situação habitacional, entre outros (Mendes et al., 2014). Segundo a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (2013-2022) estima-se que existam 40 a 60 mil indivíduos, mas sem certezas.¹⁶

Em estudos sobre escolarização é de referir “Os ciganos de Lisboa e a escolarização: evoluções, impasses, dilemas (2003-2015)” de Seabra e Costa (2016) que se debruça, tal como o seu título indica, na relação dos ciganos com a escola. Este artigo é feito tendo em conta trabalho de campo em Lisboa. Este trabalho revela-se importante dado apresentar um ponto de vista cigano, demonstrando que a progressão de estudos e integração no mercado de trabalho nem sempre é algo que se deseja desde criança, e na realidade, muita das vezes é imposta.

2.1.2 Na Europa e no Mundo

Ao longo do século XX, e devido ao interesse crescido pela comunidade cigana surgiu e consolidou-se um ramo do saber apelidado por “ciganologia” (Seabra,2009). Em Paris, em 1955, surge a *Association des Études Tsiganes*, responsável pelo conhecimento produzido sobre a comunidade cigana. Os ciganólogos abordavam temas tais como língua, história e rituais, integração e discriminação, ofícios e economia, música e contos (Thede, 2000). Apesar da importância dos estudos os métodos usados para a recolha destes dados era, na maioria das vezes incertos. Segundo Seabra (2009) a maioria do material publicado pelos membros desta sociedade, no *Journal of the Gypsy Lore Society* e outros, possuía uma baixa reputação científica quanto maior era o seu conteúdo etnográfico. Assim, muitos não tem uma abordagem genuinamente antropológica e sim especulativa.

Dos poucos trabalhos feitos nesta época, é de ressaltar o trabalho de Arnold Van Gennep (1912). Este publica um artigo onde solicita informações acerca da presença de tatuadores ciganos e informações sobre o nome de foles usados pelos ciganos ibéricos, admitindo que os trabalhos da prata e cobre praticados em África poderão ser uma importação da Índia ou Pérsia, por meio dos ciganos (Seabra, 2009). Apesar desta preocupação, há uma ausência de contacto

¹⁶ “Estratégia Nacional Para a integração das Comunidades Ciganas “(2013), acidi, Lisboa

peçoal com os ciganos, justificando o pedido de informações de Van Gennep aos especialistas em cultura cigana— ciganólogos.

Já na década de 50, Rena M. Cotten escreve dois artigos (1954 e 1955) onde reconhece a contribuição dos ciganólogos mas apoia uma sistematização dos conhecimentos e adequação à teoria antropológica. Reflete ainda sobre a língua, ocupações lucrativas, nomadismo e a importância da ciganologia como ciência social. Após 20 anos, esta mesma autora é responsável por um estudo etnográfico sobre os ciganos em Nova Iorque (Seabra, 2009).

Estes e outros textos são considerados poucos e de baixa qualidade. Desta forma afirma-se que, durante muito tempo, os ciganos mantiveram-se fora do foco da antropologia académica (Seabra, 2009). Já a partir da década de 1970 a antropologia começa a focar-se no assunto tendo diversas abordagens e interesses com um tronco comum. A preocupação começa a ser a resolução do paradoxo entre categorias globalizantes e homogeneizantes que serviam para designar um grupo e os indícios de uma grande diversidade interna (Formoso, 1994). Por esse motivo, na década de 80 é comum antropólogos estrangeiros abordarem a problemática da identidade na construção do seu objeto de estudo (Okely, 1983; Williams, 1984; Formoso, 1986; Stewart, 1997; Castro, 2012).

Piaseres, nos anos 80, marca os estudos da comunidade cigana com duas abordagens: Circunstância e Constância. Para este, a maioria dos antropólogos estariam atentos aos comportamentos dos ciganos, procurando traduzir e explicar a persistência e existência a partir das práticas e representações que os sujeitos consideravam e tornavam operativas (Piasere, 1995). A abordagem da circunstância, partindo da categoria “émica”, colocava a comunidade de referência com o meio social da sociedade dita maioritária ou de outros grupos de ciganos, referindo a capacidade de adaptação dos ciganos em função do contexto em que se encontravam. San Roman (1986), Reyniers (1986), Formoso (1986), Williams (1993), Okely (1983), Piasere (1994; 1995), Stewart (2013), entre outros autores evidenciam a produção de identidade e cultura num processo histórico, caindo numa abordagem oposicional (Scott, 1990), como forma de ultrapassar a dicotomia entre uma abordagem situacionista e uma abordagem primordialista. Porém, revelam sempre uma conceção fixista da diferenciação cultural e uma abordagem unidimensional da diferenciação social (Castro, 2012).

Processo oposicional é um conceito mobilizado pelos autores nomeados em cima, fazendo com que a oposição se mostrasse como uma variável independente capaz de atuar sobre

a identidade, recorrendo para isso a sentimentos primordiais: símbolos étnicos, história de grupo e sentimentos associados a estas. O sistema identitário persistente reforça a oposição com outros grupos. No seguimento destes conceitos surge as noções de "assimilação na inferioridade ou reforço defensivo da identidade" (Zirotti, 1983), "pura diferença" (Williams, 1993), "oposição significativa" (Stewart, 1997), "oposição/distinção" (Formoso, 1986), "permanência resistente" (San Roman, 1997) (Castro, 2012). A pertença étnica presente em cada individuo indica assumir uma espécie de "primado epistemológico" sobre todas as outras pertenças (Machado, 2002), desprezando a influencia de histórias de vida, classe social, género e de contextos mais amplos que cria uma diferenciação interna entre membros destes grupos (diferenciação estrutural).

Judith Okely (1983), ao abordar o nomadismo *travelling ideology*, afirma que este ligue-se a aspetos mais estruturais, ou seja, de grosso modo associa o nomadismo a uma representação coletiva elaborada pelos ciganos com o objetivo de construir a sua própria identidade em oposição aos não ciganos (Okely, 1983: 125-31). Apesar do contributo desta autora para a produção de conhecimento sobre a comunidade cigana, Brian Belton partilha com o autor T. Acton a opinião de que esta homogeneiza a população nómada e mistificar a sua natureza visível pela referência à "preferência ideológica" por caravanas, mesmo não falando em "origem exótica" (Belton, 2005; Castro, 2012).

Reyniers e San Roman (1986) preocuparam-se com o tema Nomadismo na comunidade cigana. Reyniers (1986), faz uma passagem por formas tradicionais de nomadismo, tais como os dos caçadores recolectores e termina com a teoria de que a sociedade cigana partilha com o conjunto das sociedades nómadas numa série de traços comuns (Castro, 2012). Estes ditos traços comuns não permitem distinguir uma forma exclusiva de nomadismo, afirmando que o seu traço dominante de passar do estado de nómada ao de sedentário, de recolector ao peripatético¹⁷, de trabalhador independente ao assalariado (Reyniers, 1986). Esta transição de estados parece ser, segundo este, um dos elementos que permite explicar o facto da sociedade cigana se fundar numa dialéctica de semelhança-diferença, de adesão-diferenciação (Castro, 2012).

Para San Roman (1986) a língua e o "deambular" representam os elementos culturais significativos, embora reconhecesse que nem em todos os lugares ou períodos históricos estes

¹⁷ Os discípulos de Aristóteles eram assim chamados. A razão é o hábito do filósofo ao ensinar o fazer ao ar livre.

dois traços significassem “ciganos”. A autora defende que o que é etnicamente significativo é o facto de um elemento válido simbolizar uma oposição histórica sustentando a identidade (Roman, 1986).

Fazito (2006) resgata este tipo de abordagem, considerando que “nomadismo” deve ser compreendido como diacrítico, na acepção de Fredrik Barth (1998 [1969]). Deve tratar-se de um marcador de fronteiras que se define num campo de comunicação e interação, cujo sentido remete para as tensões existentes nas relações entre ciganos e não ciganos, numa primeira e ampla dimensão, e aos contrastes operativos, numa segunda dimensão interna e incorporada do sistema intra-étnico” (Fazito, 2006: 717). O autor afirma, que “o nomadismo opera como símbolo inscrito num campo de forças em que as relações assimétricas hierarquizadas, interna e externamente, entre ciganos e gadjé (romani para não cigano), configuram uma teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais responsáveis pela justificação e legitimidade dos posicionamentos e discriminações” (Fazito, 2006: 718).

Liègeois (2001) procura abordar o tema da comunidade cigana distinguindo dois tipos de nomadismo, dado que este grupo comumente está associado a este termo. Tratar-se-ia então do nomadismo estrutural, para fim de organização social e económica e nomadismo conjuntural, que surge forçosamente devido a um ou mais acontecimentos. Ambos são, na opinião de Liègeois (2001), praticados pela comunidade cigana. Este conclui ainda que no Reino Unido existirão um total de 40000 nómadas e 48000 que residem em ditas casas. No fundo, apesar de o nomadismo estar ainda impresso na cultura cigana, deixou de um ser uma regra. Este não foi o único autor que se focou na comunidade cigana olhando para o nomadismo. Entre muitos, destacam-se A. Reyniers (1986), Roberts (2007), Bidet (2009), em França, B. Belton (2005) em Inglaterra. Os estudiosos que se focaram neste tema tem alguns pontos em comum, argumentando que a mobilidade espacial abala as condições em que se cria a coexistência e as formas de reconhecimento de representar o outro (Castro, 2012). Esta pertinência analítica surge de a mobilidade manter a co-presença como fator de sociabilidade e de integração social (Castro, 2012), mesmo que gere desigualdades sociais e segregação espacial.

Os últimos anos têm caracterizado períodos de mudança para a Europa e principalmente para a nossa vizinha Espanha. Estas mudanças dizem respeito a estratégias na educação, saúde e habitação como medida de inclusão da comunidade cigana (Comissão Europeia 2011) e com isso, a redução da discriminação para com este grupo. Os textos dos média contribuem, em

grande medida, para reforçar representações da comunidade cigana, numa teia dinâmica de jogos discursivos de uma alteridade velada (Clarck e Campbell, 2000). No fundo, recorre-se a termos e palavras para influenciar a perceção do leitor, que possuiu um total desconhecimento sobre o outro. Nesta corrente de interesses Catalán e Aharchi (2012), procuraram analisar notícias sobre a comunidade cigana na área metropolitana de Barcelona, destacando o uso de estratégias linguísticas que permitem a criação de conflitos.

Schneeweis (2012) faz um trabalho idêntico, analisando jornais romenos e britânicos, onde afirma que este tipo de difusão de informação confirma estereótipos, deixando transparecer preconceito contra “o cigano”. Este tipo de abordagem pode ser encontrado em movimentos dicotómicos (anos de 1990), focados nos direitos do povo cigano, em 2006. A autora refere que todos os jornais, independentemente do país, contribuíram para a sua integração (Schneeweis, 2012).

Cismaru e Gavra (2015) afirmam que, no espaço online, há uma integração na sociedade geral numa direção mais cultural, ou seja, o cigano espanhol tem uma reputação de artista cultural— dançarino, promotor de tradições distintas— sendo muito valorizados. Há ainda um outro tipo de reputação mais negativa¹⁸, fruto do discurso anti-imigrante comum também em Portugal e noutros países da Europa. Este estereótipo de artista é difundido a partir do século XIX, criando uma visão romantizada do cigano espanhol (Gonçalves, 2019). Já no século seguinte, esta visão é acentuada devido à ligação da comunidade cigana com o flamenco, uma vez que é um estilo que possui origens ciganas, mas considerado, por outro lado, símbolo cultural espanhol (Pachón, 2011).

Esta visão romantizada partilhada pelos espanhóis esconde um outro lado, um movimento antirracista, não esperado em contexto união europeia. Havendo uma grande discriminação para com este grupo (Van Dijk, 2009).

¹⁸ De subsídio-dependente, preguiçoso, pessoa não séria.

3. Contextualização e Alterações Legislativas de Promoção e Integração— Europa e Portugal

Sendo a maior minoria étnica da Europa e à forma pejorativa como é vista, os países onde estão a residir têm tentado implementar processos de exclusão e inclusão, tal como é possível verificar em estudos publicados por Cortesão (1995), Mendes (1998), Cardoso (2001), Silva (2005), Fonseca (2005), ERRC (2007), Mendes (2007), Santos (2008), Mendes (2012). Os vários países europeus têm se focado em políticas de integração que visam melhorar o acesso a serviços sociais, melhorando a sua qualidade de vida (Valente, 2014).

Compreender o percurso da comunidade cigana na Europa e em Portugal, abordando a evolução das leis, é importante para perceber o que levou a hoje serem a maior minoria da Europa e uma das mais discriminadas. Começar esta narrativa pela Europa faz todo o sentido, visto que muito antes de chegarem a Portugal já outros países europeus tinham sido afortunados com a sua presença. Infelizmente, tal como em Portugal, a sua chegada não foi vista com bons olhos e a forma como foram recebidos traz precursões até aos dias de hoje.

3.1. Na Europa

A perseguição dos ciganos na Europa começa no século XIV, no momento que este grupo chega a esta região (Guimaraes, 2012). Em 1370, surgem os primeiros registos da sua chegada à atual Roménia, sendo este percurso marcado pela escravização do grupo, deixando apenas a escravatura no século XIX (Guimaraes, 2012).

Em 1417, na Alemanha, surge um dos primeiros documentos da sua presença (Ferrari,2002). O primeiro, em Hildesheim, que relata o pagamento feito a duas pessoas para limpar a casa, onde teria ficado hospedado um grupo de “Tártaros do Egito”. Outro documento, em Magdeburg informa que durante duas semanas ficaram na cidade “os Tártaros, chamados ciganos”, gente preta, horrível, tanto os homens quanto as mulheres, com muitas crianças, que foram expulsos de seu país e por isso saltavam de terra em terra. Na feira, na vista dos Conselheiros, mostraram ser acrobatas e saltimbancos: “um dançava nos ombros do outro”,

pelo que receberam um tonel de cerveja, um boi e pão. Noutra cidade houve uma briga violenta, originando a morte de um dos indivíduos do grupo. O “cigano assassino” foi preso e decapitado pela autoridade local. (Gilsenbach 1994:47-8; Moonen, 2011). Seguem-se registos destes por vários países e cidades, tais como Holanda, França e Bélgica (1418), Basel (1422), Bavária (1424). Ao longo de toda a Europa começa a ouvir-se falar de ciganos, “condes do Egito Menor”, “pagãos”, “pretos”, “ladrões”, “boémio”, muitos são os nomes como são denominados (Fraser, 1992; Gilsenbach 1994; Mooner, 2011).

Na década de 1490, na cidade Holandesa de Middelburg, há relatos de que a cidade foi visitada por ciganos e de todas as vezes receberam uma soma de dinheiro com a condição de não voltarem à cidade (Van Kappen 1965). O mesmo se verificou noutras cidades no início do século XV, como apontam diversas cartas e salvo-condutos, estes eram recebidos com comida, bebida e dinheiro. Na Alemanha os salvo-condutos continuaram até meados do século XV, onde Frederico III fornece salvo-conduto a Miguel, ‘Conde dos Czygenier’. Após um ano, este mesmo Miguel recebe outra carta do Conde Gerhard Von und Berg, com validade de um ano, que autoriza todos os ciganos a viajar, comprar tudo o que precisassem em dinheiro, desde que a sua postura permanecesse impecável (Gilsenbach, 1994; Mooner 2011). Apesar destas cartas estes continuaram a sofrer expulsões.

Entre 1448 e 1497, em Frankfurt am Main, grupos de ciganos apareceram umas treze vezes e foram sempre expulsos. Em 1472, alguns ciganos são presos e soltos apenas quando devolvem objetos furtados. Desta forma, começa a surgir a dúvida da veracidade destas cartas. Surgem ainda os primeiros dados de perseguição. Estes datam de 1435, na Alemanha, de 1554, na Dinamarca, onde surge a proibição de hospedar ciganos e quem os matar poderá ficar com tudo o que lhes pertence. Para além disso, todas as autoridades que permitam a presença de ciganos tornam-se inteiramente responsáveis pelos danos por eles criados (Fraser 1992; Gilsenbach 1994; Mooner, 2011). Neste século, começam a surgir leis anti ciganismo por toda a Europa. A partir deste momento, deixa de existir condos ciganos, passando estes a estar na categoria de mendigos. Na maioria da Europa, neste século, as leis referiam-se à sua afixação, sendo proibido ficarem num sítio.

As primeiras leis mais drásticas foram registadas em Inglaterra. Mayall (1995) explica que os ciganos chegaram a Inglaterra, em 1513, e começaram logo a ser perseguidos. As leis tinham apenas dois destinos para os ciganos: morte ou deportação. É sabido que localmente havia outras soluções, sendo estas leis muitas das vezes ignoradas. Contudo, entre 1530 e 1908,

muitas foram as leis feitas para estes, tendo a denominação no quadro da legislação inglesa de “ciganos”, “mendigos”, “vagabundos” entre outros. Em 1530, surge um decreto que proíbe a entrada de ciganos em Inglaterra, e os que lá se encontravam tinham dezasseis dias para sair do país. Se o mesmo não fosse feito, estes seriam presos e deportados, e todos os bens em sua posse seriam confiscados, inclusive, sendo metade destes bens dados a quem os prendesse, assim, prender e caçar ciganos tornou-se um negócio e bastante lucrativo. No mesmo ano, o decreto sobre mendigos, videntes/praticantes de quiromancia (ou seja, ciganos), é alterado havendo a punição de açoite, perda de uma orelha e pelourinho. Já em 1547, surge outra lei, direcionada para mendigos e para todos os que não trabalham, onde a punição era escravidão, encarceramento e marcação a ferro. (Mooner, 2011). Surgem ainda decretos semelhantes aos supramencionados em 1549 e 1551. Já em 1554, é publicado um novo decreto mais específico direcionados para os ciganos. Torna proibido a entrada de ciganos em Inglaterra e os que estão já no país, se não partirem no mês, são sentenciados a pena de morte (Mayall, 1995; Mooner, 2011).

Já em 1562, um novo decreto com as mesmas penas é publicado, contudo acrescenta que haverá punição para quem diz ser cigano e para quem ajuda e acompanha ciganos. Em 1824 é possível encontrar uma lei quase igual. Já em 1763, surge a pena de morte para crimes como “ser cigano”, “furto”, “assaltar casas”, “roubar um cavalo, ou uma vaca ou uma ovelha”, “falsificar moedas “. (Floate 1999; Mooner, 2011). Em 1598, a Inglaterra decide começar a deportar os seus criminosos— e certamente muitos ciganos— para as colónias, o chamado tráfico “branco”. Contudo, não foi só a Inglaterra que teve uma perseguição tão agressiva para com os ciganos, em outros países vemos uma história bastante semelhante.

Na Alemanha, entre 1551 e 1774, há registo de 133 legislações anti-ciganas. É possível verificar que apenas oito são entre o período 1751-74, o que provavelmente é justificado com o controlo da “praga”, ou seja, menos ciganos. Já na Saxónia, em 1711, foi decretado que era possível matar ciganos caso estes resistissem a ser presos. Em 1714, em Mainz, todos os ciganos homens podiam ser executados, pelo facto de serem ciganos. Quanto às suas mulheres e filhos, eram marcados com ferros e banidos ou escravizados. Já na Prússia, em 1725, o rei Frederico I decreta que todos os ciganos maiores de dezoito anos podem ser enforcados sem julgamento. Em 1734, o duque de Hesse-Damstadt abre a época de caça aos ciganos, onde no prazo de um mês tinham de sair das suas terras sob pena de serem caçados após este prazo. Para a caça, oferece seis Reichsthaler para cada cigano vivo, ou três por cada morto. Na Áustria, a caça aos

ciganos começou somente em 1737. Esta lei de caça aos ciganos é referida noutros países, sendo o primeiro a Suíça onde seria legal caçar desde 1580. (Fraser 1992; Liégeois, 1987; Mooner, 2011)

Em Espanha, o cenário foi idêntico. Os ciganos chegam provavelmente no século XV. O primeiro texto data 1425 e refere-se a um salvo conduto expedido pelo rei Afonso V de Aragón para um cigano intitulado Dom João do Egito Menor. A história é quase idêntica, entrando no país e apresentando-se como peregrinos, originados do norte da Europa, provavelmente de França, Alemanha ou Holanda. Já em 1470, surge ainda uma vaga de ciganos vindos da Grécia. A partir de 1499 e até 1534, surgem várias leis em que forçavam os ciganos a obterem uma profissão em 60 dias, e se o mesmo não acontecesse seriam banidos e açoitados. Os que já teriam sido julgados antes, recebiam ainda um corte na orelha, ficando depois presos por 60 dias e banidos depois. Já em 1560 surge a proibição de deslocamento de mais que dois ciganos, ou seja, se fosse um casal com filhos não podiam viajar juntos. Para além disso, ficam proibidos de usarem as suas roupas tradicionais e caso, após julgados, continuassem a praticar estes crimes seriam condenados a pena de morte (Fraser, 1992; Torriane, 1995; Mooner, 2011). No ano de 1619 surge então a expulsão de todos os ciganos do reino, ou então fixação em vilas ou cidades com mais de mil habitantes; são ainda proibidos de vestir a sua roupa, falar a sua língua, nomear os seus filhos com nome ciganos e, caso não respeitassem a lei, pena de morte. Já em 1633 o termo cigano fica completamente proibido de ser utilizado, acreditando-se que se praticasse a morte total desta palavra acabar-se-ia com os ciganos. Começam a surgir leis idênticas às da Holanda, morte para homens ciganos. Já em 1695, realiza-se o primeiro censo de ciganos de todo o mundo. Neste todos os ciganos tinham de declarar o seu modo de vida, armas, cavalos, profissão, filhos, entre outros e se não o fizessem, tinham ordem para sair do reino. Surge ainda uma lei que os proíbe de frequentar feiras ou mercados e torna-se proibido ainda proteger ciganos.

Muitas outras leis surgem entre 1700 e 1745, destacando-se inspeção de residências ciganas, para verificar se estes cumprem a lei de proibição de comércio, criada em 1731, e a permissão e legalização para disparar e matar ciganos, criada em 1745 e comum em toda a Europa. Toda esta perseguição espanhola contou com o apoio da Igreja, onde há relatos que o Bispo de Oviedo propõe em 1746 a primeira razia cigana, onde numa noite todos os ciganos são presos e vendidos como escravos. Ataque aceite e realizado em 1949, onde cerca de nove a doze mil ciganos foram presos e, a sua maioria, assassinados. (Mooner, 2011)

Apesar destas leis de extermínio, em países como Alemanha, Áustria, França e Suíça onde havia várias áreas de refúgio, os ciganos não foram exterminados por completo, ao contrário, por exemplo, da Holanda.

No início do século XIX é possível verificar uma segunda vaga de migração de ciganos na Europa, principalmente após a abolição da escravatura cigana na atual Roménia (na altura Moldávia e Valáquia) (Mooner, 2011; Vasconcelos e Costa, 2015). Porém, não é considerada a única razão, dado que muitos ex-escravos ciganos continuaram a viver e trabalhar para os seus antigos donos, com condições iguais ou semelhantes. Um outro fator que responde a esta onda de migração é a realidade que viviam—uma pobreza extrema— além do facto de duas guerras mundiais terem acontecido, forçando a que milhões de europeus a procurar melhores condições e segurança noutros países ou continentes (Ferrari, 2002; Vasconcelos e Costa, 2015). Essa onda de migração teve efeitos na Europa ocidental, havendo a criação e alteração das políticas referentes aos ciganos. Resumindo, políticas anti-ciganismo, culminando numa Alemanha nazista com um holocausto cigano.

Para além das políticas anti ciganos, surge também, em 1899, a Central para o combate da Moléstia Cigana. A sua principal função era registar e controlar a presença de comunidade cigana em solo alemão (Hancock, 2004; Vasconcelos e Costa, 2015). Em 1905, foi publicado o resultado do longo trabalho desta central, em 350 páginas, num livro chamado *Zigeuner-Buch*. Neste, é descrita a comunidade cigana como de uma praga, representando uma ameaça para a comunidade dita alemã. Esta mesma publicação contém ainda outros dados da comunidade cigana, entre eles, registos criminais, genealógicos. Por fim, continha fotos da população cigana catalogada (Hancock, 1999; Vasconcelos e Costa, 2015). Quatro anos depois, em 1909, vinha a ser decidido por funcionários responsáveis pela segurança pública, que todos os elementos de origem cigana deveriam ser marcados a ferros para que fossem identificados. Em 1920, é publicado um livro com o nome *“A erradicação das vidas dos indignos à vida”*. Neste livro os grupos considerados indignos à vida seriam doentes mentais sem cura, onde os ciganos se incluíam. Para estes estudiosos, a tendência dos ciganos para a criminalidade tratar-se-ia de uma doença genética hereditária (Hancock, 1999; Vasconcelos e Costa, 2015). É a partir deste mesmo ano em que um grupo de proibições são aplicadas ao grupo em questão, entre elas entrar em parques, banheiros públicos, todos os ciganos desempregados são enviados para campos de trabalho. Dois anos depois, em 1922, inicia-se o processo de identificação da comunidade cigana na Alemanha com recolha de impressões digitais e fotografias. Na Baviera,

surtem campos especiais para ciganos, tendo sido realojados 8000 pessoas. Um ano depois todos os ciganos na Alemanha são colocados sob vigilância permanente da polícia. Em 1929, surge o escritório central de luta contra os ciganos e um ano depois, em 1930, é recomendada a esterilização de todos os membros da comunidade cigana (Hancock 1999, Hancock 2004; Vasconcelos e Costa, 2015).

Em 1933, com a chegada de Hitler ao poder, as medidas intensificam-se e, em 1934, a campanha de esterilização é estendida, sendo realizada por meio de injeção e castração (Ibarra, 2004). Em 1935, surgem as restrições aplicadas pela Lei Nuremberg, proibindo a mistura de alemães com “não arianos”. Já em 1937, são lhes retirados os seus direitos civis com a lei de Cidadania Nacional (Hancock, 1999; Vasconcelos e Costa, 2015). Apesar destas medidas todas, os dias mais complicados estavam para vir. Nos dias 12 até 18 de Junho de 1938, ocorre a semana de limpeza cigana, onde centenas de pessoas foram espancadas e presas. Neste mesmo período é formalizada a justificação para o extermínio e perseguição da comunidade cigana local. Apesar da sua origem ser alemã, acreditava-se que devido ao nomadismo houve uma mistura com extratos mais baixos de outros países, tornando a sua raça inferior e degenerada. Devido a esta inferioridade possuíam uma tendência inata para a criminalidade, sendo uma ameaça para a pureza racial (Graham, 2004; Vasconcelos e Costa, 2015).

A sua eliminação imediata seria decretada em 1939, com uma publicação do Escritório de Higiene Racial (Hancock, 2004; Vasconcelos e Costa, 2015). Um ano depois ocorre o primeiro extermínio em massa de ciganos nos campos de concentração de Buchenwald: 250 crianças são utilizadas num dos muitos experimentos com gás cianeto, tendo levado à sua morte (Hancock, 2004; Vasconcelos e Costa, 2015).

Com a criação dos pelotes de execução, em 1941, as deportações e extermínios dos ciganos começam a ocorrer sistematicamente. Em outubro do mesmo ano, cinco mil pessoas ciganas são deportadas para a Polónia. Destes, 600 morreram de tifo e os restantes, entre Março e Abril de 1942, foram deportados para Chelmo e assassinados nas câmaras de gás (Hancock, 2004; Vasconcelos e Costa, 2015).

De 1941 a 1945, vários são os massacres coletivos, atos de tortura, mortes individuais e experimentos químicos realizados em indivíduos de origem cigana, em vários campos de concentração: Auschwitz, Birkenau, Mauthausen, Rabensbruch, Chelmo, Buchenwald, Lodz,

Dachau, Lackenbach e Sachsenhausen. Inclusive, foram enviados indivíduos da comunidade cigana oriundos de diferentes nacionalidades, para Auschwitz (Vasconcelos e Costa, 2015).

Infelizmente, apesar de tantos dados mencionados há uma enorme escassez de dados para dimensionar o alcance do Holocausto cigano (Vasconcelos e Costa, 2015). Em Auschwitz, o número de ciganos ultrapassou os 20 mil, incluindo 360 crianças nascidas neste mesmo campo e que viveram o tempo suficiente para receberem números de registros. A estes 20933 acrescentam-se 1700 ciganos enviados para a câmara de gás, em 1943. Neste mesmo ano, no dia 29 de Maio cerca de 102 ciganos foram arrastados e levados para as câmaras de gás (Vasconcelos e Costa, 2015).

Após a Segunda Guerra Mundial, e todos os danos que esta deixou, as minorias ciganas continuaram a ser discriminadas, independentemente do quanto órgãos, tais como Organização das Nações Unidas, incentivassem o contrário. Inclusive, nenhum cigano foi convocado como testemunha nos processos de Nuremberg, nem recebeu qualquer indenização pelos crimes cometidos contra estes (Hancock, 2004; Vasconcelos e Costa, 2015).

Apesar de não haver informações detalhadas quanto ao número de indivíduos, tendo em conta que são a maior minoria da Europa, caso houvesse censos demográficos muitos negariam a sua identidade com medo das consequências. Hoje, em muitos países, estes ainda são vistos como nómadas, mesmo quando já não o são, como, por exemplo na França onde são denominados de “gens du voyage” (gente de viagem), termo que inclui também não ciganos sem residência fixa. (Charlemagne e Pigault 1980).

3.2. Em Portugal

Os primeiros documentos que referem a presença do povo *roma* em Portugal datam do século XVI, destacando-se cancionero Geral de Garcia de Resende (1516), que contém uma poesia de Luís da Silveira relatando um engano cometido por ciganos (Coelho,1995). Já em 1526, durante o reinado de D. João III, há referência, no alvará de 13 de Maio, de recusa à entrada de ciganos no território— e a sua respetiva expulsão. Em 1548, é proibida a sua entrada e os transgressores são presos e açoitados publicamente. Lei repetida em 1557, acrescentando-

se ainda pena às galés e homens ciganos. No ano de 1579, o rei torna novamente a ordenar a saída do país por parte de todos os ciganos, e que se em trinta dias não o fizessem seriam presos, contudo aqueles que trabalhassem podiam ficar, desde que vivessem em bairros separados e vestidos “à português” (Coelho, 1995).

Tendo fama de criminosos, muitos dos crimes eram associados a estes, como é o caso de um documento da Câmara Municipal de Elvas, de 1597, que diz resumidamente que os crimes cometidos, mesmo não tendo a certeza de quem os cometeu, eram feitos por ciganos, e os ciganos criminosos tinham três dias para sair da cidade (Coelho, 1995; Mooner, 2011).

Em 1614, Filipe II excluiu a pena de morte, mantendo-se, todavia, o tratamento violento para com esta comunidade, tais como, a retirada dos filhos a partir dos nove anos (1647) e penas de três anos a quem alugar casas a ciganos (1649). Em 1686, a lei passa a permitir a tolerância de ciganos, desde que estes fossem netos e filhos de portugueses e possuíssem residência fixa. Na segunda metade do século XVI, Pedro II retoma a pena de morte a ciganos que entrem no reino e, em 1800, D. Maria reforça a proibição de nomadismo do séc. XVII (Coelho 1995; Costa, 1999).

Apartir de 1649, ainda é decretado a deportação para as colónias, excluindo apenas 250 ciganos que serviam o exército português. Um documento mais recente, datado de 1708, decreta que apenas mulheres ciganas e filhos sejam deportadas para o Brasil, dado que havia escassez de mulheres brancas.

O ano 1685 é marcado pela proibição, em todo o reino de Portugal, de falar romani (Guimaraes, 2012) sendo provavelmente um dos motivos para hoje o número de falantes em Portugal ser quase nulo. Em 1694, surge um decreto que inclui ainda a expulsão de ciganos espanhóis que estavam a entrar no reino (Coelho, 1995). Ao contrário de outros países, verificou-se sempre uma tentativa de evitar a pena de morte, preferindo sempre a expulsão.

Em 1822, quase quatro séculos depois, é que a cidadania lhes foi dada. A carta constitucional e a constituição eliminam a desigualdade, relativamente à raça, e reconhecem a cidadania a indivíduos ciganos nascidos em território português. Desta forma, a perseguição a indivíduos ciganos apenas é permitida por crimes cometidos, tal como a outros cidadãos. Já em 1852, finalmente ser cigano já não constitui crime, porém o regulamento de 1920 frisa a necessidade de uma vigilância especial, situação que se verificou até 1985 (Rosário, 2011). Ainda no século XX, é possível encontrar situações de ordenações contra esta minoria. Por

exemplo, em 1993, a Câmara Municipal de Ponte de Lima deu oito dias para o abandono total do território a todos os indivíduos de origem cigana. A execução da ordem foi impedida graças à reação do procurador da República e do Provedor de Justiça, que defendeu a inconstitucionalidade da medida (Correia, 2007:15).¹⁹ Assim, nos últimos anos, assistimos a uma transformação legislativa no sentido de conferir igualdade de direitos de cidadania aos ciganos. No entanto, continuam a registar-se níveis elevados de discriminação que propiciam situações de pobreza e exclusão social de muitas pessoas e famílias ciganas, bem como um forte desconhecimento e desconfiança entre pessoas não ciganas e pessoas ciganas.

3.2.1. Dinâmicas de inclusão para as comunidades Ciganas e Leis em vigor

Nos últimos 30 ou 40 anos, houve uma preocupação para com a comunidade cigana, procedendo-se à criação de várias dinâmicas de inclusão. As iniciativas realizadas por instituições públicas e privadas, tinham o principal objetivo de sensibilizar para os problemas e promover a cultura cigana, ao mesmo tempo, que o governo português assumia a responsabilidade de criar uma estratégia nacional de integração à comunidade cigana. O trabalho do Alto Comissariado para a Imigração em formar e colocar em diversos municípios do país mediadores ciganos é um dos exemplos da intervenção realizada com as comunidades ciganas.

3.2.2. Dinâmicas de Inclusão

É possível salientar uma série de instituições pelo seu trabalho na inclusão das comunidades ciganas, entre as quais, a Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos e os seus Secretariados Diocesanos, o Ministério da Educação e Ciência com a formação de mediadores ciganos escolares, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com o Programa de Promoção Social dos Ciganos, pioneira na formação de mediadores ciganos, o Secretariado Entreculturas com

soluções pedagógicas que incentivaram maior equidade no acesso e sucesso dos alunos, tal como a divulgação da história e cultura do povo cigano e o Instituto das Comunidades Educativas com o seu projeto «Nómada», que envolveu dezenas de docentes e diversos projetos de associações que, a nível local, contribuíram para o desenvolvimento e inclusão das comunidades ciganas.

Houve outros projetos, tais como, o Grupo de Trabalho para a Igualdade e Inserção dos Ciganos. Este procurou mostrar a necessidade intervir articuladamente junto destas comunidades e o Rendimento Social de Inserção que, apesar de não chegar a todas as famílias, permitiu diminuir algumas carências sentidas por estas²⁰. É importante ressaltar a elaboração de um relatório, apresentado em 2009, pela Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades e Família, da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura— a propósito do Ano Europeu para o Diálogo Intercultural — que permitiu que as problemáticas abordadas constassem na agenda política. Este relatório ressaltou diversas situações de pobreza, exclusão e marginalidade, de que estas comunidades continuam a ser vítimas, numerando várias recomendações a fim de colmatar as carências observadas em diversas áreas, sobretudo ao nível da educação e habitação.

Outra iniciativa que é importante salientar é o Programa Escolhas, fundido no ACIDI, I.P.²¹, iniciado em 2004 com a finalidade de promover a inclusão social de crianças e jovens em risco, particularmente descendentes de imigrantes e minorias étnicas. Na sua 4ª geração (2010-12) contou com 66 projetos dirigidos às comunidades ciganas e que foram capazes de demonstrar as necessidades sentidas a nível local na resposta à inclusão destas crianças e jovens. Em 2007, o ACIDI, I.P, criou o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas, de forma a dar apoio mais sistemático e eficiente a estas comunidades e procurando implementar dinâmicas

²⁰ Vários entrevistados admitiram que o RSI permitiu a ida à escola, visto que esta ajuda do estado veio com algumas obrigações— entre elas estudar— permitiu também a obrigação por parte das escolas em aceitar os alunos das “minorias étnicas”. É possível encontrar a mesma informação numa notícia do Diário de Notícias que data 4 de Junho de 2019— <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/o-rsi-permitiu-que-as-pessoas-ciganas-fosse-a-escola-10973404.html>

²¹ Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.

que promovam a sua integração social, procurando valorizar a sua cidadania portuguesa e o seu património cultural.^{22,23}

3.2.3. Legislação em Portugal— presentemente

Nos últimos 20 anos, houve uma mudança de paradigma no sentido em que muitas medidas legais foram propostas para promover a integração das minorias étnicas em Portugal. Em 1996²⁴, após o sucesso na campanha da juventude “*todos diferentes todos iguais*”, é aprovado o regulamento²⁵ que visa a criação do programa, com o mesmo nome, com o objetivo de incentivar valores de tolerância e paz junto dos jovens. O regulamento apoia ações que pretendem promover integração das minorias étnicas e comunidades migrantes, incentivando a inter-relação entre comunidades e multiculturalidade através de várias áreas de intervenção: debates, colóquios e difusão de material de debate sobre o racismo, intolerância e xenofobia, e animação sociocultural – como forma de promover a inter-relação étnico-cultural.

A aplicação da política de integração de imigrantes está a cargo do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (ACIDI), sob a orientação de um membro do Governo nomeado e que faz parte da Presidência do Conselho de Ministros. Ainda em 1996, a

²² A tentativa é reduzir estereótipos e aumentar a autoestima de uma sociedade que durante anos foi desvalorizada, e assim promover o reconhecimento e respeito pelo outro. Com esta postura é possível a mudança: uma verdadeira onda de possibilidades e oportunidades. Relativamente à sua missão, o gabinete está organizado em três pontos: o reforço do diálogo intercultural, a promoção da educação, da cultura e da cidadania e apoio à capacitação. Desenvolve várias atividades com a finalidade de promoção e integração social dos ciganos, em articulação com entidades com responsabilidade nesta área, nos domínios da educação, habitação, emprego, formação e saúde. Para que houvesse a participação dos indivíduos, tanto no desenvolvimento de algumas atividades, como no planeamento de outras, este gabinete passou a integrar seis consultores externos das comunidades ciganas, — prólogo do Projeto-Piloto Mediadores Municipais. Em abril de 2009, e por esse motivo, foi lançado o Projeto-Piloto Mediadores Municipais, uma das primeiras iniciativas nesta área, apoiadas por um Governo português.

A grande importância neste projeto é a sua articulação do estado com sociedade civil visto que sendo entidades vocacionadas para questões de interesse público, e atuam em diversas áreas sociais, transportam uma experiência privilegiada. Com início no dia 1 de outubro de 2009, o Projeto entrou no seu terceiro ano de execução em outubro de 2011, com 15 municípios. Este tem como objetivos promover a coesão social, a igualdade de oportunidades, por outro lado tenta combater a discriminação e promove o emprego e a capacitação das comunidades ciganas. Ao colocar o mediador cigano como figura principal, mediação e da resolução de conflitos, promove o empoderamento da comunidade.

²³ Em Estratégia Nacional para a Integração das comunidades ciganas 2013-2020, ACIDI

²⁴ O ano seguinte, 1997, foi o ano europeu do combate ao racismo, à intolerância e à xenofobia, assim, desta forma houve a criação do observatório europeu do racismo e xenofobia (EUMC). Portugal tornou-se membro. Em 2002, este organismo origina a *European Commission against racism and intolerance* (ECRI). Motivo da criação deste programa, segundo o texto que acompanha o regulamento. Para mais informações ver Comunicação, representações e práticas interculturais: Uma perspetiva Global.

²⁵ Portaria n.º 745-M/96. Este programa durou até ao final do ano de 1997.

designação do ACIDI foi alterada para Alto-Comissário para a Imigração e minorias Étnicas,²⁶ com a finalidade de promover a consulta e o diálogo com entidades representativas de imigrantes e de minorias étnicas em Portugal, bem como o estudo da inserção destes grupos, em colaboração com os parceiros sociais, instituições de solidariedade social e outras entidades públicas ou privadas com intervenção neste domínio. Neste momento o alto-comissário era nomeado e exonerado pelo primeiro-ministro e usufruía de um estatuto remuneratório equivalente aos de subsecretário de estado. Em 1998²⁷, na presidência do conselho de ministro, é criado o conselho consultivo para os assuntos da Imigração e define-se a sua respetiva competência. Em 2002, por se ter revelado insuficiente, passou a contar também com o alto-comissário, o conselho consultivo para os assuntos da imigração e a comissão para a igualdade e contra a discriminação racial. Há a atribuição e competências destes órgãos. Em 2005, mantém as suas funções, contudo passa a ser um serviço de coordenação. Já em 2007²⁸ ocorre uma reestruturação, e é criado o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P.. Este foi o resultado da fusão do Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, da estrutura de apoio técnico à coordenação do Programa Escolhas, da Estrutura de Missão para o Diálogo com as Religiões e do Secretariado Entreculturas.

Relativamente ao Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), em 2011²⁹, houve a aprovação da lei orgânica da Presidência do Conselho de Ministros. Devido à constante imigração e emigração³⁰, que tem se acentuado nos últimos anos, surge a necessidade de aprofundar as políticas de integração dos imigrantes e dos seus descendentes. Assim, em 2014³¹, ocorre a aprovação orgânica do alto comissariado para as migrações, I.P.

²⁶ Decreto-lei 3-A/96, de 26 de Janeiro.

²⁷ Decreto-lei 39/98

²⁸ Decreto-Lei nº167/2007, de 3 de Maio. Com esta reestruturação, o Governo centralizou as atribuições dispersas por vários organismos num instituto público, reforçando a institucionalização dos serviços vocacionados para a integração dos imigrantes. Foi mantida a figura do Alto-Comissário equiparado a subsecretário de Estado.

²⁹ Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro, veio determinar a reestruturação do ACIDI, conservando a manutenção da equiparação do Alto-Comissário a subsecretário de Estado para efeitos de constituição do seu gabinete até que fosse aprovada a nova estrutura orgânica.

³⁰ Podemos ter o exemplo de fluxos migratórios tais como estudantes, investigadores. Devido a esta tendência, ocorre a alteração à lei dos estrangeiros, lei nº 23/2007 de 4 de julho, por intermédio da lei nº29/2019 de 9 de agosto, havendo a transposição da legislação da união europeia.

³¹ Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro.

3.2.4. Estratégia Nacional 2013-2022³²

O Governo Constitucional Português reconheceu a dificuldades e discriminação que as comunidades ciganas, residentes e território português, estão a viver, concluindo a necessidade de fornecer uma resposta sólida, transversal e coerente que permita no futuro a coesão social. Contudo, o mesmo só será possível com a diminuição da desconfiança mútua entre a minoria e a comunidade maioritária, havendo igualmente um respeito pelos valores e tradições da comunidade cigana acompanhados pelos direitos e deveres de um cidadão português.

Assim, em 2013, foi elaborada e aprovada a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020 (ENICC), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 17 de abril, alinhada com a Comunicação da Comissão Europeia «Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020», de 5 de abril 2011. Esta assenta na aplicação do artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, que pretende a igualdade e não discriminação, isto é, a eliminação de barreiras para a inclusão social das pessoas ciganas, enquanto elimina os estereótipos que são base da discriminação racial e étnica. A ENICC forneceu o diálogo entre a Administração Pública, as pessoas ciganas e as organizações da sociedade civil que trabalham para e com estas comunidades. Contudo, ocorreu a necessidade de realizar alterações no plano inicial relativamente à clarificação e operacionalização das medidas, à estratégia em si, determinar as áreas de intervenção entre outras. Em 29 de Novembro de 2018, foi aprovada a revisão Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades ciganas, tendo sido alargada até 2022, face as novas medidas ajustadas, e está alinhada com outras estratégias nacionais³³.

A ENICC assenta nos princípios de inclusão e igualdade, interculturalidade, tendo a finalidade de promover uma cidadania de não discriminação e inclusão, enquanto promove a igualdade de géneros nas medidas de integração. Pretende garantir as condições de acesso à educação, equidade e integração no mercado de trabalho garantir as condições de acesso da saúde. Para além destes objetivos, designou o ACM,I.P. como entidade coordenadora do

³² Resolução do Conselho de Ministros nº154/2018.

³³ Tais como a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação 2018-30 “Portugal+igual”.

programa, sendo coadjuvada pelo Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (antigo Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas).

É importante referir que no ano, 2019/2020, houve pela primeira vez uma Secretária de Estado, para o Alto Comissariado para as Migrações, o que revela a importância que se atribui politicamente a estas questões sociais e que coloca assim uma maior relevância pública nas políticas dirigidas à migração, discriminação e diversidade étnica e cultural. É de salientar que, até ao dia de hoje, não existe um organismo do estado responsável apenas pela comunidade cigana, estando estes inseridos do ACM. É interessante salientar este facto, dado que é um organismo para migrantes e a comunidade cigana em Portugal conta com 500 anos de história, o que por si só, os invalida como migrantes. Mas não só, vários são os casamentos entre ciganos e não ciganos, desde dessa altura até então, mostrando que estes não só se afixaram em Portugal (sendo desta forma Portugueses) como construíram laços com portugueses não ciganos.

Devido à consciencialização do problema de integração, presentemente, existem dois programas que visam o incentivo à progressão de estudos com a finalidade haver uma integração gradual da comunidade cigana no mercado de trabalho e entre a sociedade maioritária. Estes poderão ser resumidos como bolsas de apoio social no valor de 500€/ano (RomaEduca) e 1500€/ano (Opre) e pretendem colmatar as diferenças sociais entre os estudantes e promover equidade. Poderá ser considerado um tipo de discriminação positiva.

3.2.5. Opre e RomaEduca- Como nasceu os programas de incentivo à progressão de estudos e integração

O programa Operacional de promoção da Educação, OPRE, começou por uma iniciativa da Associação Letras Nómadas- *Opré Chavalé* (2015). Esta iniciativa, inovadora na altura, contava com apoio, mentores e mediação e possuía cinco bolsas. O RomaEduca é um programa mais recente, tendo tido o seu primeiro ano este presente ano letivo (2019-2020).

3.2.6. OPRE- Bolsa para Estudantes universitários

No ano letivo 2016/17, a bolsa passou a designar-se somente OPRE, havendo um apoio do estado através da parceria com o ACM. Os requisitos para aceder ao programa são apenas a proveniência de comunidades ciganas residentes no território nacional, estarem matriculados num estabelecimento de ensino superior e, desta forma, estarem inscritos no mínimo de três unidades curriculares isoladas tendo em conta que no ano anterior são obrigados a ter aproveitamento em metade das unidades curriculares. Para além destes requisitos, têm ainda de guardar todos os gastos que tiveram na universidade e estarem presentes nos encontros anuais.

34

Na sua primeira edição (2016/17) contou com 24 bolsas: treze mulheres e onze homens tendo tido uma taxa de sucesso de 71%. Na segunda edição contou com 25 bolsas: doze mulheres e dezasseis homens com uma taxa de sucesso de 64%. A terceira edição contou com uma taxa de sucesso de 88%, havendo no total 33 bolsas: dezassete homens e dezasseis mulheres. No ano (2019/2020), na sua quarta edição, teve-se pela primeira vez um estudante a entrar em medicina, fazendo parte das 39 bolsas atribuídas a vinte mulheres e dezanove homens. No ano letivo 2020/21 e em 2021/22, foram atribuídas novamente 39 bolsas de estudo. O aumento da taxa de sucesso e, paralelamente, o crescimento do número de bolsas demonstra o interesse que existe entre a comunidade de progredir nos estudos, demonstrando o sucesso do programa. Neste último ano letivo, 2022/23, houve uma diminuição abrupta, que poderá ser preocupante caso se repita: apenas com 27 bolseiros: 14 destes mulheres. Apesar deste decréscimo, a maioria dos bolseiros continua a ser do sexo feminino, mostrando a importância desta bolsa. Importância não só no impulsionamento ao acesso ao ensino superior, capacitando estes estudantes; mas também no combate as diferenças de género presentes dentro da comunidade marcadas por homens que estudam até mais tarde e, por sua vez, mulheres a deixarem a escola cedo. Apesar deste padrão (mulher estuda menos tempo), a mulher tem uma grande importância na comunidade, sendo responsável não só pela conservação do “bom nome “ da sua família como por partilhar os valores.

O programa mostra-se único dado que inclui um apoio por mediadores, de origem cigana, que fazem a ponte entre a família e a universidade, num apoio permanente aos bolseiros, procura

³⁴A OPRE promove a comunicação entre bolseiro e membros do ACM e Letras Nómadas, por esse mesmo motivo, realiza no mínimo um encontro anual, com uma das finalidades: os bolseiros sentirem que não estão sozinhos:

“Eu não pareço cigana, nunca fui discriminada na escola, mas fui discriminada pela minha família por querer estudar. Hoje o meu pai tem muito orgulho em mim, mas na altura sentia-me a única, a estranha! Os encontros ajudaram-me a entender que não sou a única, entendes? Há mais como nós, e não é errado estudar!” - Bolseira

do evitar que estes desistam dos cursos. As suas principais medidas para combater o abandono escolar é fazer visitas aos bolseiros, quer seja na sua residência ou na faculdade, receber as notas por semestre, o que permite confirmar o sucesso ou insucesso escolar, e estarem disponíveis para quando os bolseiros procurarem apoio. Muitos bolseiros acreditam que este é o motivo do sucesso da OPRE.

No que toca aos encontros anuais, o ano passado e este ano letivo contou com três, uma novidade para os bolseiros que estavam habituados a dois encontros por ano. Estes encontros anuais permitem não só os bolseiros se conhecerem entre si, o que por si só já mostra ter um impacto enorme fazendo-os sentir-se integrados, como também conta com palestras, pequenas formações para dar capacitações a estes bolseiros. Para se deslocarem aos encontros e o local onde ficarão a dormir nesse dia é sempre responsabilidade do ACM, o que permite que todos se possam aproveitar os encontros sem, por exemplo, se preocupar em ser um “peso” financeiro para os pais. Este encontro mostrou-se também, para alguns bolseiros, uma boa forma de estabelecer contactos e se afirmarem noutras áreas, tais como a política, um tema cada vez mais importante e valorizado por estes jovens estudantes.

3.2.7. ROMAeduca, bolsa para alunos do secundário

Com o sucesso da OPRE, no ano letivo 2019/2020, abriram-se candidaturas para a RomaEduca. Trata-se de uma bolsa semelhante à OPRE, mas destinada a alunos do secundário. Neste caso são 100 bolsas de apoio à frequência do 10º, 11º e 12º. Esta bolsa tem a finalidade de combater as desistências que ocorrem no secundário, permitindo que muitos consigam terminar o ensino obrigatório— e desta forma estarem aptos para integrar o mercado de trabalho.

“A bolsa (romaeduca) é uma vitória também. Devagar conseguimos chegar a todos e eu acredito que só assim é possível diminuir a diferença social que ainda hoje é tão visível. Eu tenho um primo que se candidatou e vai ajudá-lo imenso porque o pai não tem possibilidades. Vivem com poucos apoios do estado, não tem estudos, trabalham da venda. E a venda já não é o que era” - Bolseiro OPRE

Neste preciso momento ainda não há dados que demonstrem qual foi a percentagem de sucesso, contudo, acredita-se que a taxa será igualmente alta como a da OPRE. O acompanhamento dado pelos moderadores permite a compreensão por parte dos pais e a não desistência (em situações que possam desincentivar o estudante). Esta medida tem ainda finalidade de progressão de estudos, incentivando o prosseguimento para o ensino superior. Uma diferença que é de ressaltar nesta bolsa e que poderá/ou não afetar os seus resultados é a ausência de encontros entre os estudantes. Ressalto que estes encontros permitem não só mostrar que existe outros jovens ciganos a estudar, como criar redes entre eles. Estas redes originam não só amizades como interajuda, necessária para combater o abandono escolar.

Apesar da falta de conhecimento sobre as necessidades e desafios que a comunidade cigana enfrenta no território português, é de grande importância referir o trabalho das OSC (organizações da sociedade civil) na resposta a problemas habitacionais, alimentares, escolares, entre outros.³⁵ Tomemos de exemplo a associação TECHARI que, em 2021, contribuiu e apoiou a comunidade cigana a preencher questionários dos censos, promoveu a importância da vacinação contra o COVID 19, auxiliando algumas pessoas a chegarem aos centros de vacinação e organizou conversas com crianças ciganas para transmitir temas sobre a cultura cigana;

De 8 a 11 de Novembro a Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA) organizou, via online, um conjunto de reuniões para ouvir as OSC sobre o novo enquadramento da EU para a Igualdade, Inclusão e Participação dos Ciganos 2021-2030, contando também com presença das OSC ciganas (ver mais em “a caravana” nº103— Outubro/Dezembro 2021).

³⁵ Damos como exemplo a OSC CooLabora, que apoia mais de 200 pessoas ciganas na zona da Covilhã, através do programa Escolhas e de projetos de inclusão social— Fronteiras (2016) e Reflexos (2019). (Alves et al, 2020)

4. Metodologia e Resultados

4.1 Incentivo aos estudos— solução contra a discriminação e segregação?

O primeiro estudo nacional sobre as comunidades ciganas, mostra aproximadamente 37 mil indivíduos em todo o país³⁶. Apesar de todas as leis e projetos de integração da comunidade, continua a haver um registo elevado de pobreza, discriminação e exclusão social de muitas famílias. Relativamente à educação no ano de 2016/17, este estudo revelou que apenas 65% das crianças de origem cigana que frequentam a escola, tinham o escalão A.³⁷ No 2º e 3º ciclo o abandono escolar é maior no caso das raparigas do que no caso dos rapazes: 195 raparigas e 131 rapazes no 2º ciclo e 93 raparigas e 57 rapazes no 3º ciclo. Ao mesmo tempo, 60% das crianças que entraram no 1º ciclo tinham frequentado a pré-escola— o que se revela uma melhoria significativa, visto que anteriormente as crianças ficavam com os pais até terem 6 anos.³⁸ A agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, forneceu dados de 2016 relativos a Portugal que mostrava 90% dos jovens ciganos entre os 18-24 anos abandonam os estudos e 13% afirmam terem sido discriminados por serem ciganos, na escola.

O alto-comissário para as Migrações afirma que apenas 8,7% dos ciganos têm o 3.º ciclo ou mais, isto é, 91,3% não têm o 3.º ciclo. Apesar de reconhecer que para mais de 50% dos ciganos o rendimento social de inserção foi um fator para regressar à escola, ainda há uma grande percentagem de ciganos que não terminam os seus estudos. Esta situação é relevante de indicar, não só para demonstrar a falta de controlo do estado sobre as suas próprias medidas, não havendo uma preocupação de as tornar mais eficientes confirmando o sucesso escolar dos alunos, por exemplo. Mas também é relevante compreender de que forma a escola é vista para estas comunidades, desvalorizando o impacto que o estudo poderá fazer na vida dos seus filhos. Desta forma, torna-se complicado a sua integração no mercado de trabalho, que já é condicionada pela

³⁶ Este levantamento foi feito pelas autarquias. Ver mais em <https://www.dn.pt/lusa/comunidade-cigana-em-portugal-e-de-37-mil-individuos-e-913-nao-tem-o-3o-ciclo-8490570.html>

³⁷ O Escalão visa a fornecer um apoio socioeconómico. Existe dois escalões: A e B, sendo o A o escalão mais elevado. Este para além de apoio a material escolar e livros, fornece ainda de forma gratuita o almoço na escola.

³⁸ Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, 2018

aparência e etnia. Desta forma, as medidas de integração por meio da progressão de estudos poderá ser uma das soluções para o problema. A fim de verificar o impacto de uma destas medidas (OPRE) na comunidade, procedeu-se a um trabalho de campo minucioso com observação participante e não participante, com entrevistas a bolsiros, antigos bolsiros e moderadores. Realizou-se uma comparação com entrevistas previamente realizadas no âmbito de um estágio de iniciação científica realizado em 2019 (profundidade temporal a material empírico com a finalidade de obter um conhecimento mais claro sobre a evolução temporal do processo, as suas adaptações e transformações bem como uma visão sobre o impacto a longo termo na vida dos bolsiros e sua inserção social, laboral e familiar).

4.2 Pesquisa Etnográfica

A primeira abordagem foi feita com algum cuidado, dado que para qualquer observação participante/ não participante ou entrevista realizada, foi explicado o propósito e era uma incógnita a forma como cada pessoa iria aceitar o pedido de colaboração. Após esta breve explicação na maioria dos casos a resposta foi afirmativa, o que facilitou o trabalho. As primeiras etapas deste trabalho passaram pela observação não participante, procurando observar o que se passa. Este tipo de observação poderá ser observação direta ou indireta. A observação direta é, em grosso modo, feita em terreno enquanto a indireta é feita através de documentos. A vantagem deste tipo de método é estar constantemente em observação, anotando todos os fenómenos ocorridos (Anguera, 1978). Resumindo, é caracterizado pela observação total do campo, evitando ao máximo haver influências pessoais.

A observação participante, foi o passo seguinte, esta implica que o observador participe na vida do que campo em que faz o seu estudo (Estrela, 1990), no fundo o envolvimento direto dentro dos parâmetros das próprias normas do grupo, fazendo um exercício constante de ultrapassar o seu etnocentrismo cultural (Iturra, 1986). Este tipo de observação facilita a percepção, preparando a compreensão da situação e do cenário social e as dinâmicas do grupo; permite que o grupo estudado se adapte ao investigador e aceite; existe um maior número de oportunidades de observação e existe certos momentos que apenas existem com este tipo de prática (Anguera, 1978).

As observações, não participantes foram feitas em múltiplos lugares: nos encontros OPRE, que exigem a presença obrigatória dos bolseiros; em restaurantes e outros lugares públicos; acompanhando um dia de dois bolseiros e num bairro social. As observações participantes apesar de serem realizadas nos mesmos locais, implicaram entrevistas, conversas informais e partilha de opiniões. Esta partilha de opiniões apenas aconteceu porque ao mesmo tempo que eu era entrevistadora era também uma bolseira cigana que vivia na pele cada situação relatada. Segundo Narayan (1993), a efetividade do empreendimento antropológico dentro da própria comunidade não implica em menor objetividade e criticidade do antropólogo. Ao contrário, acaba sendo um facilitador na abertura de assuntos que só poderiam ser discutidos com alguém que já passou por um processo semelhante. Para além disto, a ligação que um outro antropólogo demoraria a criar para aceder a domínios culturais partilhados apenas com pessoas de confiança não é necessária, dado que já me encontro no meio. As partilha de sentimentos foram sinceras e acredito que quem eu sou permitiu não só a partilha de informação, mas ter uma perspetiva não só académica durante o trabalho de campo, mas perspetiva das pessoas que estou a representar.

Os indivíduos escolhidos foram tanto do sexo masculino como do feminino, entre os 18 e os 45 anos de idade. Foram realizadas no total cerca de 15 entrevistas sendo que destas, existem algumas que foram repetidas à mesma pessoa, com uma distância de 1 a 2 anos entre a primeira e a última entrevista. Com respeito a confidencialidade, e dado que a mesma foi solicitada na maioria dos casos, não serão divulgados os nomes próprios, localidade de residência nem o curso que frequentam. Esta ocultação total permite dificultar qualquer identificação e diminuir qualquer possível consequência com a publicação do presente estudo. Todos os entrevistados são sedentarizados, isto é, não são nómadas. A falta de escolarização familiar é comum a quase todos. Entre eles, existem entrevistados filhos de pais ciganos e outros onde apenas a mãe ou o pai é cigano. Os que são casados, casaram com indivíduos da mesma comunidade e eram ambos maiores de idade.

4.3. Observação não participante

Os encontros OPRE são normalmente realizados dentro de uma sala de conferencias num hotel, o que permite haver espaço para cerca de 40 bolseiros mais moderadores e representantes do ACM. Normalmente a sala é dividida, de um lado ficam os homens e do outro lado as

mulheres. Esta divisão não é feita com consciência, dado que muitas das vezes há uma mulher corajosa que ao reparar nesta divisão se senta entre os homens. Este tipo de divisão é comum em festas e convívios e admitido pelos bolseiros o seu peso tradicional. É possível observar uma diversidade muito grande nos bolseiros, entre os 18 e os 45 anos. Este intervalo de idades é relevante porque mostra que no decorrer da sua vida e em diferentes fases, estes bolseiros constataram que necessitavam dos estudos tanto para realização pessoal como para quebrar ciclos de pobreza. As áreas de escolha para os cursos é, também esta, muito diversa, encontramos futuros médicos, futuros advogados, futuros solicitadores, futuros animadores culturais— entre outros— todos sentados com uma coisa em comum, a descendência. Existem bolseiros de uma ponta a outra de Portugal e muitos destes não são deslocados, isto é, não estudam fora da sua área de residência. Este último dado pode ser relevante, porque ao permanecerem próximos à família não terão outros custos como quarto, transportes e assim poderão utilizar a bolsa para seu benefício pessoal, dado em diversas circunstâncias não se traduzirem num peso nas contas familiares. Pode surgir o receio de os rendimentos frutos deste programa seja revertido para o auxílio familiar, não servindo o seu principal propósito. Porém, mesmo que este apoio tenha esse fim, muitas das vezes estes jovens não precisam só de suporte financeiro para progressão dos estudos, mas precisam também de apoio emocional e não ter preocupações que lhe roubem o foco do estudo. Independentemente do uso que for dado a esta medida, o que realmente importa é que estes jovens terminem o ensino superior com o melhor desempenho possível.

Relativamente à divisão inconsciente que ocorre na sala, é possível observar tanto dentro das salas, como fora que ocorre a formação de grupos de raparigas e grupos de rapazes, raramente existem grupos mistos, contudo, quando estes mesmos grupos mistos são criados não se observou nenhuma reação. Todavia, essas práticas culturais Intra grupos podem ser observadas em diversos contextos. Estes tipos de comportamento em contextos fora da comunidade cigana não seriam tão comuns, dado que o impacto de um rapaz cigano ser visto com uma rapariga, ou uma rapariga cigana é completamente diferente. Apenas numa das situações poderá originar para essa menina uma crítica por parte dos seus conhecidos/ familiares, isto é, “ser mal falada”. Essa diferença de atitude é marcada pela forma como estes jovens olham também para as meninas que não pertencem à comunidade . Esse olhar, na maioria das vezes é mais tolerante, por não ter um peso cultural associado.

Os bolseiros, apesar de nem todos se conhecerem, mostram-se próximos e com interesse em se conhecerem uns aos outros. Há uma ligação inicial que muitos referem em conversas e que é perfeitamente visível na observação, que ocorre principalmente por todos estes partilharem

entre si uma conquista em comum : ser pertencente a um grupo étnico estigmatizado, que normalmente não tem possibilidade de terminar os estudos quanto mais aceder ao ensino superior. Esta ligação pode ser explicada pela situação de marginalização social que partilham entre si, criando laços significativos. Antónia Pedroso Lima (2016) explica o papel do cuidado na criação e manutenção desses laços e como situações ligadas à economia e política podem os influenciar. O suporte que existe entre estes bolseiros ultrapassa a esfera “privada” e familiar, havendo uma partilha, oferta e troca de bens e serviços que permite que todos estes consigam ultrapassar as dificuldades que podem surgir no seu percurso académico. Este tipo de apoios entre eles pode ser inseridos numa lógica de dádiva, sendo uma escolha racional para auxiliar e satisfazer as necessidades humanas (Pedroso Lima, 2016).

A observação não participante, neste caso específico, revelou-se importante para observar as regras sociais e a forma como cada se comporta quando são só ciganos que se encontram na sala, ou quando temos também não ciganos na sala. Quando um elemento é não cigano há a preocupação de não “falar à cigano”, evitam de falar de assuntos pessoais/ familiares e mantem uma postura à defesa. Estes comportamentos podem ser entendidos como *social border* (ROSS in Drummond e Starr, 2015), ou seja, barreiras sociais psicológicas que permitem que os indivíduos vivem as suas vidas limitadas ao seu grupo étnico/social, agindo de uma maneira limitante, isolando-se da sociedade envolvente. Esse tipo de comportamento pode ser alimentado pela discriminação da sociedade maioritária, reforçando fortemente a identidade de um grupo étnico. Quando na sala, todos os elementos presentes são ciganos, as barreiras tendem a cair. Esta situação poderá ser avaliada de outra forma, durante muito tempo “falar à cigano”, foi uma forma de se comunicarem sem que a sociedade envolvente os entendesse, o que em muitas situações é uma forma de defesa. Hoje, além de evitar que os não ciganos entendam certas expressões utilizadas por este grupo, também permite que inconscientemente ao não falar à cigano sejam mais facilmente aceites. Essa aceitação parte da ideia de ver no outro nós próprios, ao não parecerem assim tão diferentes são mais facilmente aceites e integrados. Uma das afirmações transversal a todos os bolseiros é a importância destes encontros, dado que estes permitem diminuir o sentimento de falta de pertença devido ao percurso diferente que estão a tomar.

Relativamente à observação participante, recorreu-se a entrevistas e para que a conversa fluísse mais naturalmente, todas as entrevistas foram não estruturadas, contudo tiveram questões bases em comum: Idade, curso, é cigano de que parte (mãe/pai ou ambos), vive entre a comunidade cigana, tem alguém na família que tenha frequentado o ensino superior, se

sentem/sentiram discriminação e o que acham na bolsa OPRE. Os cursos escolhidos, tal como dito anteriormente, são diversos o que mostra a diversidade de interesses dos bolseiros, como todo grupo social, não há uma hegemonia na escolha dos cursos. Esse facto é importante de ressaltar visto ser resultado da diversidade existente dentro deste como de outros grupos étnicos, contudo, nas políticas publicas há uma generalização acabando assim por anular a agência de cada individuo. A maioria é o primeiro universitário da família, sendo no geral motivo de orgulho. É de ressaltar que dado a fragilidade e a sensibilidade que alguns assuntos possam ser para os indivíduos desta comunidade, e o receio de responder devido a exposição, foi pedido por estes diversas vezes o anonimato. Esse mesmo será mantido, dado que o receio de o quebrar é a perda do benefício da bolsa.

4.4. O cigano Bolseiro e a Condição Familiar

Nascer no seio de uma família cigana não deveria se resumir a um padrão de pobreza, isto é, ser cigano por si só não deveria implicar nascer numa família pobre e sem possibilidades de progredir nos estudos. A comunidade cigana em Portugal, e na Europa, é um dos grupos mais marginalizados, pobre e reféns de um ciclo de pobreza que muito que tente é difícil de quebrar. Isto ocorre porque normalmente uma criança cigana quando nasce, nasce num seio de uma família pobre, sem instrução escolar, com rendimentos fracos de um trabalho precário, muitas vezes em casas degradadas. As preocupações das famílias é em conseguir aguentar mais um dia, sustentar, havendo uma constante “ginástica”, como alguns bolseiros referem, para pagar as contas. No fundo, algo que Capucha (2005) refere quando aborda famílias desfavorecidas, afirmando que em condições de pobreza as famílias pertencentes a essas categorias organizam o seu modo de vida para conseguir solucionar os seus problemas. Mas essas situações de stress, acabam por invalidar qualquer outras preocupações ou sonhos, acabando por si só condicionar toda a forma como o mundo é compreendido.

Estes ingredientes já se revelam catastróficos, porém não são os únicos, sendo cigano e nascendo numa sociedade onde maioritariamente é não cigana revela-se também um problema. Mas afinal o que é ser cigano, para um cigano?

Em conversas bastante complexas com um ex- bolsheiro , foi possível chegar a uma resposta a esta pergunta. “Ser cigano é uma categoria política, e quem define? A exógena, criada pelo indivíduo político branco e endógena criada por indivíduos ciganos. Dentro disso, tens de perguntar a cada um o que sente por ser cigano, pois ser cigano não existe como essência. É uma questão política. “. Quando o bolsheiro se afirma enquanto categoria política, ele quer reafirmar sua existência perante ao Estado e a sociedade não mais como motivo de chacota ou de desprezo. O que o jovem está a relatar parece uma prática comum e transversal a diversos movimentos sociais onde grupos marginalizados acabam por se apropriar dos títulos que lhes foram auferidos, dando uma conotação de orgulho e politicamente embasada. Tal prática teve início com o movimento *queer* através dos escritos de pessoas académicas como Judith Butler (2003). Para outros bolsheiros, ser cigano é pertencer a um grupo que partilha entre si uma história longa de perseguições, uma luta constante para pertencer a um espaço que nunca foi seu, mesmo quando, em determinados contextos, deveria ser seu por direito. Mas, apesar desta luta constante, é ser criativo, procurando diversas formas de conseguir o sustento, sem nunca desistir.

Ser cigano por si só, numa sociedade dita racista é sofrer de discriminação, pelo menos é o que todos os bolsheiros afirmam, não por crença, mas por experiência. Apesar de muitos bolsheiros serem filhos de não ciganos, quando inseridos na comunidade são vistos pelos não ciganos de uma forma negativa. Alguns bolsheiros referiram ainda que para além da discriminação sofrida, é questionado o seu mérito no ensino superior ou visto como uma forma de ganhar mais subsídios. Estas ideias, apesar de descabidas para os bolsheiros, prendem-se a uma ideia defendida pela sociedade dita maioritária: dependência de subsídios pela comunidade cigana. Os vários estudos do Instituto da Segurança Social indicam que apenas 3 a 6% dos beneficiários do RSI³⁹ podem ser inseridos neste grupo étnico, contudo há uma generalização, o que por si só não deixa de ser um racismo através da imagem marginalizada. Nesta generalização, partilhada por vários indivíduos não ciganos, a comunidade cigana vive toda, ou quase toda, de subsídios e não querem trabalhar. Normalmente essa crença é baseada sempre num cigano que conhecem / um familiar conhece, que tem um carro de último modelo, mas que ninguém vê a trabalhar/ recebem um RSI de três mil euros e que teria utilizado esse valor para sustentar uma vida de boémia. Estas ideias têm sido, mais recentemente, alimentadas por um partido político, influenciando e aumentando o nível de discriminação que este grupo sofre. Atitudes como as narradas são

³⁹ Rendimento de inserção social. Corresponde a uma prestação social, calculada através do número do agregado familiar e as suas idades, que, como o seu nome indica, permite a inserção social de indivíduos que se encontram no limiar da pobreza.

sempre lançadas como um discurso preconceituoso atrelado à direita e ao aparelho capitalista de que as pessoas pobres não colaboram o suficiente para manutenção de um estado de equilíbrio, exigindo algo que estes grupos não podem dar como justificação para tudo o que está errado.

Seguindo o raciocínio anterior, a partir do momento que uma criança cigana nasce já é vítima de um sistema de exclusão racial, seja porque já nasceu na pobreza ou por outra razão qualquer. Por ser cigano sofre ou pode sofrer de discriminação institucional (saúde, educação, entre outros), discriminação coletiva (nomadismo forçado, ou viver em bairros sociais), discriminação interpessoais (não querer alugar casas a pessoas ciganas, não dar empregos a pessoas ciganas). Todos os bolsеiros indicam ter sofrido discriminação ou conhecerem familiares que sofreram, tanto os entrevistados especificamente para este trabalho, como os outros que fizeram parte apenas para pequenos diálogos de partilha de opinião. Esta situação demonstra que o racismo não é algo do passado e apesar de tantas medidas e políticas públicas continua a ser um problema, problema esse que os nossos jovens continuam a sentir na pele e a determinar o seu percurso pessoal.

A maioria dos bolsеiros contam com uma condição familiar padrão, isto é, descrita em cima: pais com pouca ou nenhuma instrução escolar; com trabalhos precários e/ou sem ordenado fixo; família no limiar da pobreza; poucas condições habitacionais e/ou viver num bairro social. Alguns possuem só um dos pais ciganos, o que poderia originar um percurso familiar diferente, mas neste caso específico não se verificou diferenças. Alguns estão inteiramente inseridos numa comunidade cigana, possuindo uma rede de apoio familiar em todas as circunstâncias da vida. Existe bolsеiros que também não estão inseridos na comunidade cigana, vivem isolados, com pouco ou nenhum contacto com a família cigana. Para os não ciganos e para alguns ciganos, estes normalmente nem são considerados realmente ciganos. Alguns bolsеiros relataram muitas vezes esta experiência, de quando se afirmam ciganos de forma orgulhosa, tentando que a progressão de estudos ajude a terminar com o estigma, são interrompidos com a frase, “mas tu nem és bem cigano”; “oh mas tu não és um cigano como os outros”. Este tipo de discurso é racista mascarado numa generalização, mostrando o impacto que estereótipos podem ter não só na forma como absorvemos a realidade à nossa volta, mas também na forma como o outro se sente originando um afastamento constante.

Esses tipos de comentários revelam-se também destrutivos para estes bolseiros, principalmente porque o não serem considerados ciganos está muito associado ao seu estilo de vida: Estudarem, trabalharem, não viverem num bairro social. E apesar de parecer um elogio, estes bolseiros levam este tipo de comentários como discriminação também, sendo ofensivo e estereotipado. Para além disto, acrescenta-se o facto de a bolsa OPRE se tratar da única oportunidade que tiveram para prosseguir estudos universitários, tornando sonhos impossíveis em realidade.

4.5. A bolsa OPRE e o seu impacto

A implementação da Bolsa OPRE, tal como outras medidas traz consigo consequências que reverberam tanto no indivíduo beneficiário quanto na comunidade circundante. Para um indivíduo pertencente à comunidade cigana, a busca por educação superior muitas vezes permanece com um sonho, muitas vezes desencorajado até mesmo pelos seus próprios familiares. Essa renúncia à progressão de estudos é vista pela sociedade dita maioritária como uma recusa dos valores praticados pela sociedade, um ato de rebeldia ou até mesmo uma vontade “de não fazer nada”, todavia, é na verdade uma atitude defensiva, uma forma de autopreservação.

A descrença na educação parte do princípio de que um investimento a longo prazo não resultará na manutenção das necessidades do dia a dia. Ser cigano é, na maioria das vezes, viver para o presente, sendo o futuro desvalorizado. O pensamento de um futuro próximo, que se alinha ao entendimento da satisfação do presente, pode ser entendido como uma prática comum entre comunidades marginalizadas e carentes. O próprio entendimento ontológico de tempo para esses grupos caracteriza o imediatismo nos investimentos, e o tempo é a única coisa que essas pessoas ainda podem gozar de pertencimento. Se o futuro próximo é o presente, o futuro a longo prazo pode ser a sua extinção.

Quando se pensa em profissões tais como médico, num bombeiro, num animador sociocultural ou um bancário, dificilmente associamos essas imagens a ciganos. Isso deve-se, em grande maioria, à escassa representação da comunidade cigana na sociedade, seja na política, nos serviços públicos ou nas escolas, o que incute no subconsciente a noção de inalcançabilidade. Somando-se a esta invisibilidade cigana, encontramos o fator do contexto social em que estão inseridos. No fundo, determinadas profissões são sempre marcadores sociais que acabam por definir o seu estatuto perante os outros. Geralmente, aos ciganos acabam por serem já definidos

cargos como limpeza, vendas ou até o tráfico. Observar que os jovens ciganos almejam posições de maiores prestígios sociais pode indicar que a nova geração esteja mais integrada e politicamente mais fortalecida para enfrentar a sociedade que tanto os julgam.

Em entrevista, ao perguntar a um dos entrevistados se havia outros membros da sua família que também faziam parte da bolsa OPRE ou tinham concluído o ensino superior, a resposta revelou a singularidade dessa trajetória educacional. O entrevistado afirmou que os seus pais não tinham nunca concluído os estudos. A sua prima, pelo contrário, está neste momento no secundário, mas só se irá candidatar à bolsa daqui a dois anos. Os seus tios, pais da prima, embora não muito entusiásticos com a ideia de ela frequentar a faculdade, foram muito mais recetivos após a experiência do entrevistado como bolseiro. Essa experiência mostrou que, por vezes, é necessário que alguém trilhe o caminho da educação superior para mostrar aos outros que não é impossível.

A discriminação institucional tem contribuído para esta ideia de impossibilidade, revelando-se um desafio significativo para a comunidade cigana. A segregação mascarada em agrupamento de estudantes ciganos em turmas isoladas ou inseri-los em ambientes educacionais mais desafiadores, origina um rendimento escolar afetado pela negativa. Acrescenta-se ainda o facto de limitar a interação ao grupo étnico, originando uma dificuldade em socializar fora destes contextos. Um dos interlocutores referiu essa mesma situação relatando a experiência de uma prima que vive no Algarve. Esta está no 3º ou 4º ano, inserida numa turma só de ciganos. A bolseira refere inclusive a ilegalidade desta prática, afirmando “é proibido fazer isso e fazem, imagina que não fosse.”. Este exemplo revela ainda uma falha mais significativa. Segundo a bolseira essa turma engloba os quatro anos de ciclo, referindo que é um dos motivos de as crianças não quererem ir à escola. Apesar da diminuição do número de indivíduos ciganos nas turmas, ou a falta de aptidões para estar num determinado ano (saber ler, fazer contas) ser algo comum em várias escolas colocar todos estes alunos de anos diferentes, idades diferentes juntas é diminuir exponencialmente a possibilidade de cada um deles adquirir conhecimentos, não é resolver o problema.

A discriminação institucional no ensino representa um problema grave para a comunidade cigana traduzindo-se numa contradição da ideia fundamental da pedagogia escolar, que preconiza a escola como um espaço de aprendizagem e sociabilidade. O ensino básico desempenha um papel crucial na formação destes alunos podendo condicionar todo o seu futuro e superar esses desafios não é uma tarefa fácil. Após conseguirem terminar a escola, mesmo com

estes desafios, ainda tem de vencer a crença incutida pela comunidade majoritária: “o cigano vende na feira, só isso”. Desta forma, a bolsa OPRE vai além de proporcionar a 40 estudantes por ano a oportunidade de perseguirem os seus sonhos; também contribui para a criação de “ROM models”. Estes estudantes são considerados inspiradores, que demonstram ser possível estudar e alcançar os seus desejos. A criação destes modelos, e a difusão da sua existência através de palestras por escolas básicas é uma das formas que os membros responsáveis pela OPRE tem de inspirar outros estudantes a acreditarem que também podem atingir os seus objetivos, independentemente das barreiras sociais e culturais impostas. Em conversa com um dos ROM models, foi possível perceber o impacto destas palestras. As sessões são compostas apenas por alunos ciganos e mesmo durante o covid houve estas sessões, desta vez online, para mostrar que cada estudante pode ser o que quiser.

A OPRE é uma medida com um grande impacto visto que possibilita não só que esse estudante universitário cigano possa quebrar os seus ciclos de pobreza, como outro cigano se cruze com ele daqui a 10/20 anos e perceba que se ele é bancário e cigano, então é possível para mais ciganos atingirem outras áreas, não é a só a venda que é futuro. Para além de impactar a vida de outros ciganos, pouco a pouco começa a ser comum ver um cigano médico ou psicólogo, criando algo que chamo “uma banalização do cigano”. Ao ser tão comum encontrar um cigano no cargo de poder, ou numa caixa de supermercado diminui o ato de estranheza por parte dos não ciganos, quebrando assim o estereótipo que o cigano não estuda e só vende nas feiras. É de salientar, que podemos fazer um ponto de comparação com um vendedor de feira cigano e um atendente de loja ou um gerente de vendas. Em ambas as profissões é preciso muitas das vezes saber como conversar, convencer e vender. Porém apenas uma destas é vista como uma profissão/ saída profissional possível de se ter, criando um estereótipo de profissão do não cigano e do cigano e um estereótipo associado a este último: cigano preguiçoso que não quer trabalhar. O mesmo estereótipo que hoje segue cada cigano desde o nascimento à morte, condicionando-o nas suas escolhas e no tratamento recebido por parte do outro.

A bolsa também tem um impacto profundo no âmbito familiar. Em muitas comunidades ciganas, estudar foi por muito tempo visto como uma escolha não tradicional, sendo chamada de um desejo de não cigano. Para um cigano que busca educação superior, isso muitas das vezes é interpretado como uma separação da cultura, da família, e por fim, da perda das raízes. Desta forma as famílias, no geral, quando falo com rapazes bolseiros, aceitaram bem o acesso ao ensino superior. Quanto à família das meninas as respostas são diferentes, isto é, mostram-se mais inflexíveis na progressão de estudos no sexo feminino provavelmente com medo de perda de

identidade, de honra quebrada ou até relacionamentos/casamentos fora da comunidade. É importante de referir a importância da mulher na comunidade cigana: esta é a responsável por manter a honra da família (Casa-Nova, 2012) e apesar de muitos acreditarem que a mulher cigana não tem valor, em todo o trabalho etnográfico que foi realizado mostrou o contrário. Devido à importância de transmissão de cultura, de cuidar dos filhos e esposo sendo, no fundo, o pilar da família surge, esta pressão que exige uma perfeição. O não cigano é visto como uma pessoa sem honra, que não sabe se comportar, desta forma, lidar com este poderá provocar uma perda de valores.

No entanto, a bolsa tem desempenhado um papel crucial ao mediar a relação entre a escola, os pais e as alunas. Uma bolsista afirmou que sem a ajuda da moderadora no início teria sido difícil. A moderadora teve de ir a sua casa, convencer o seu pai. Presentemente, a bolsista reconhece o orgulho que o pai tem nela, afirmando mesmo que em festas e convívios é o primeiro a trazer o assunto em conversa, para poder dizer que a sua filha tem boas notas.

O acompanhamento anual por moderadores de origem cigana” criando uma ponte entre a escola e os pais” reduz os receios destes abrindo portas para que as meninas prossigam com os seus estudos. A menina, no geral, tem casamento mais tardio, contudo há poucos dados para afirmar que é uma consequência destes estudos. Apesar disso, os pais das bolsistas não se mostram incomodados e com o apoio das moderadoras chega a um dado ponto que eles próprios incentivam a continuação nos estudos. Também há uma outra situação verificada, bolsistas que casaram, foram mães e hoje voltaram a estudar, abrindo a oportunidade de quebrar ciclos de pobreza e combater taxas de analfabetismo mesmo depois do período dito “normal” para estudar.

“Tenho uma prima que vai estudar também, porque eu abri portas a isso” – bolsista

Esta tolerância por parte dos pais pela progressão de estudos demonstra uma grande vitória permitindo também que outros familiares possam ouvir opiniões diferentes do assunto e ponderem deixar as suas meninas continuarem os estudos. Muitos atrevem-se a perguntar o porque da importância dada aos estudos, assim é importante referir que se conta com a geração com mais estudos e capacitações, em comparação com a anterior. Ter um curso superior hoje já não é algo inédito, assim concorrendo com este mercado quantos menos estudos possuímos

mais difícil é arranjar um emprego. Emprego esse que abre portas a uma liberdade e emancipação tanto da família como do governo, todos saem a ganhar.

Assim a igualdade de género é também uma área de impacto da Bolsa OPRE. Permite que as meninas alcancem níveis de ensino mais elevados, desafiando as expectativas tradicionais. Nas entrevistas, sempre que se abordou o tema de igualdade de género e o impacto da bolsa na vida das mulheres as opiniões são muito idênticas, entre o sexo feminino e o masculino, o que se torna interessante. Ao analisar estudantes ciganos é possível verificar que é normal as raparigas abandonarem a escola mais cedo que os rapazes. Já com a bolsa, possibilita que as raparigas possam ir mais longe. Muitos acreditam que a bolsa é uma ótima iniciativa de igualdade de género, no entanto, algumas opiniões indicam que, embora a bolsa promova esta igualdade, também pode reforçar ideias conservadoras sobre os papéis das mulheres na comunidade cigana. As mulheres ciganas refletem a fragilidade e força desta comunidade, dado que nelas reside o orgulho, a honra/ desonra dos homens (pai, irmão, noivo e marido), tornando-as reféns da comunidade porque estão sempre sob vigilância (Casa-nova, 2012). Desta forma, mesmo alcançando esta liberdade em prosseguir estudos, continuam num ambiente em que se sentem constantemente vigiadas e por isso sentem esse reforçar de ideias conservadoras, já que lhes é exigido um determinado comportamento. Um dos bolseiros entrevistados afirmou inclusive “que é mais difícil para as mulheres do que para os homens” (diário de campo, mês 05 de 2022). Enquanto estes (homens da comunidade cigana) caso assim o pretendam e tenham possibilidades financeiras, podem estudar a vida inteira. Porém, o mesmo não se aplica as meninas, já que há um medo partilhado pelos mais velhos, de que quando vão ficando mais velhas vão se aproximar de não ciganos e poderão namorar com algum. Depois, caso percam a virgindade acabam por desonrar a família. Apesar de tudo, este mesmo bolseiro afirma que a valorização da virgindade no Norte, em algumas famílias não tradicionais já não é tão valorizada. Esta valorização e a importância da conservação da virgindade e casamento com membros da comunidade é abordado por Casa-Nova (2012), referindo que estas práticas estão associadas à ideia de que filhos de uma mulher cigana e um não ciganos terão menos valor do que o contrário, já que são sociedades patrilineares.

“Eu acho fixe a bolsa, mas acho que esta bolsa devia ser de outra forma, por exemplo para virmos aos encontros presenciais obrigatórios muitos faltam as aulas, mas se, isto é, de incentivo ao estudo, como é que depois nos obrigam a faltar? E que se não perdemos a

bolsa! Sem falar na parte de faltar a outras coisas. Mas de resto mudaria apenas isso, gosto de ver tantos ciganos a estudarem. Mas voltando a falar de igualdade, tipo, eu cheguei a ouvir um bolseiro a dizer que não queria casar com uma cigana que estudasse. Muitos estão aqui, mas não concordam com a igualdade, acham que o lugar da mulher é na cozinha. O fulano, por exemplo, ele continua a se impor as mulheres, como se não tivéssemos voz. Mas olha são pequenos passos, não podemos esperar mudar o mundo todo de uma só rodada”- Bolseira 3

Esta crença, de que perpetua a diferença de géneros e ideias retrogradadas, surge pelos comportamentos que alguns antigos bolseiros e bolseiras continuam a manter. É comum a separação de homem de mulher nos encontros, tendo ambos os grupos posturas do que acreditam que lhes é esperado. Sentar no meio de homens ciganos, nos encontros, é ainda estranho e mesmo com a tentativa das bolseiras e alguns bolseiros de quebrar essa situação, continua a haver uma divisão clara em cada encontro. Relativamente aos comportamentos: algumas bolseiras são fumadoras, por exemplo, mas durante o encontro para além de não fumarem abominam o ato. Sentem a necessidade de transparecer a ideia de “melhor cigana” para evitar comentários/criticas. Cada passo é planeado e qualquer erro é detetado. Tendo noção desta situação pode tornar estes encontros, que deveriam ajudar os bolseiros a sentirem menos só, muito stressantes e pouco interessantes. Para além disto, seria de esperar que as mulheres se criticassem umas as outras, pelo menos é comum noutras situações. Contudo, neste ponto específico, é comum se ver umas a encobrir as outras, criando um círculo de confiança e apoio.

“Sim eu fumo, desde os 14. Mas sabes que supostamente quem deve fumar são os homens não nós, achas mesmo que vou fumar a frente deles? Todas nós provavelmente estamos a fingir ser quem não somos” – Bolseira

No fundo, um teatro social, onde cada um atua segundo a sua personagem, desta forma, agindo como é esperado, agir como um cigano de bem e perpetuar estereótipos. Essa situação é possível verificar em diversos momentos e aplica-se a quase todos os contextos, não é só a comunidade cigana. Todos nós representamos uma personagem quando estamos em palco/

zonas de fachada (Goffman, 1985), isto é, quando estamos a ser observados. Quando estamos nos bastidores, um lugar onde não há público, os atores livram-se das personagens (Goffman, 1985). Assim, é comum em grupo terem conversas e expressarem opiniões sobre mulheres ciganas, muitas vezes em tom de crítica, não acreditando sequer no que estão a dizer e em entrevista afirmarem mesmo que não acreditam no que dizem.

“(...) sei lá as vezes digo coisas que nem acredito. Eu acho que as mulheres devem casar com quem quiser mesmo que não seja cigano e nem a 5 minutos critiquei isso. Porquê? Não sei. Não quero parecer diferente, como se a faculdade me estivesse a mudar. E os outros dizem coisas do género, criticamos quando as raparigas saem a noite e bebem muito e sim é estúpido. Não faz sentido estarmos a estudar, a tentar mudar a forma como os pailhos olham para nós e depois fazemos isto, somos críticos com as mulheres que estão aqui a quebrar as, sei lá, as correntes. (...) Parecemos pior que os nosso pais. Se aqui alguma mulher nos levantar a voz vamos logo dizer que os estudos estão-lhe a fazer mal, como assim? que comentário estúpido! Que eu próprio já o fiz. Não sei o que é ...”- bolseiro

Este teatro social dura pouco, após o encontro muitos dos bolseiros encontram-se de volta às cidades onde estudam, ou a casa dos pais. Isolados do grupo, deixam finalmente transparecer a sua verdadeira opinião e reconhecer que sentem uma pressão para se comportarem e agir de uma determinada forma. Se os rapazes se sentem pressionados a criticar, as raparigas sentem a pressão de não fazer nada de errado. Vivem o dia do encontro com medo, a calcular cada palavra e atitude.

“Afim de contas temos de dar o exemplo, mostrar que estudar não tá a alterar a nossa cena de ser cigana! Continuamos a ser ciganas a sério e as vezes até mais ciganas do que aquelas que não estudam.” – Bolseira

A postura teatral por parte das mulheres possui algo até altruísta, acreditando que ao mostrarem que continuam a ser perfeitas poderá haver mais mulheres a estudar. No fundo,

qualquer atitude menos correta será associada a estudar junto com não ciganos, isto é, parte da crença que não ciganos corrompem as mulheres de bem ciganas. Apesar deste teatro, a realidade é que a bolsa resulta e permite realmente que as meninas possam sonhar mais alto do que encontrar um bom marido para se casarem. Os rapazes bolseiros reconhecem o esforço das raparigas, muitos sabendo de antemão que fumam e que “atuam” nos encontros acabam por responsabilizar a bolsa. Afirmam que a bolsa tem criado raparigas com atitudes mais exuberadas, dado que tentam mostrar como supostamente deveria ser uma mulher cigana. Esta ideia de mulher cigana também acaba por estar muito presa ao estereotipo criado não só pela comunidade, mas também pelos não ciganos.

Uma consequência de todo este teatro é que muitas bolseiras não estão dispostas a viver, nem que seja uma vez por semestre, uma situação deste tipo. Pelo menos dois bolseiros chamaram-me à atenção para a ausência de ex-bolseiros que continuam a estudar, mas não se candidatam. Afirmam que se trata desta atuação constante, que origina um descontentamento com a bolsa e a organização.

Assim já começa a ocorrer situações de bolseiras que preferem abandonar o programa OPRE, do que continuarem e terem de fingir e esconder a sua vida pessoal. Podemos nos questionar o quanto isso é saudável. Um dos pontos altos destes encontros pode ser mostrar aos jovens ciganos que o estudo e ascensão profissional podem andar pareados com a sua cultura. Entender que as modificações culturais também fazem parte do viver socialmente integrado, partindo do princípio de que a cultura é viva e se adapta, acaba por mostrar que a integração pode ser uma das ferramentas que os farão transpassar as barreiras sociais. Encontrei em cada bolseiro um amor à cultura, um orgulho imenso de ser cigano e um desejo de preservar os seus valores, que nunca tinha visto. Sem estes encontros só posso imaginar o quanto seria catastrófico o resultado do programa dada a quantidade de desistências. Porém, devido ao teatro social que cada um vive, podemos nos questionar a quantidade de desistências que ainda existirão mais e o impacto que terão no futuro destes jovens.

Contudo, é importante ressaltar que a Bolsa OPRE não é apenas uma iniciativa educacional; é um catalisador de transformações profundas na vida dos beneficiários e nas suas comunidades. Através dela, os ciganos têm a oportunidade de desafiar estereótipos, quebrar barreiras e moldar um futuro mais inclusivo e diversificado.

4.6. OPRE e o futuro

Neste momento a bolsa OPRE está a permitir vários indivíduos da comunidade cigana de progredir estudos, formarem-se e tornarem-se mais capacitáveis para o competitivo mercado de trabalho. Contudo, apesar deste apoio equitativo, que acredita compensar estes alunos, que começam de pontos de partida diferentes de os não ciganos, após terminar a faculdade o apoio desaparece. Pelo menos é o que muitos dos bolseiros afirmam. Uma bolseira, entre tantos entrevistados, afirmou que ter um curso não é suficiente, continua a ser cigana. Ter um curso de direito ou contabilidade não altera as suas origens nem a discriminação que pode sofrer no momento da entrevista e seleção.

Em Portugal, até ao momento, existe uma rede de apoio para desempregados. O fundo de desemprego fornece formações profissionais, cursos para completar o 12º ano. Contudo, se a pessoa no desemprego for alguém com mais estudos, não existe nenhum tipo de apoio. Essa lacuna estende-se às ofertas de emprego desse organismo, onde habitualmente as vagas são apenas para pessoas com o 12º ano ou cursos profissionais. Acrescentando a essa falta de suporte um estigma, isto é, ser-se cigano, emigrante, LGBTQ+ o resultado pode ser catastrófico. Seria relevante uma reestruturação destes meios de suporte, para que uma pessoa que termine a universidade possa se tornar um cidadão ativo, contribuindo ativamente para o país. É preciso compreender, que independentemente do que estes jovens façam, a discriminação vai lá estar sempre, mas com apoio psicológico e acompanhamento na reinserção no mercado de trabalho, para combater o receio da vida em sociedade, é possível combater este facto. Porque a triste realidade é que se a finalidade deste apoio é apenas formar jovens para que a taxa de analfabetismo diminua, então, independentemente dos estudos continuará a repetir-se ciclos de pobreza. Acrescenta-se a esta deficiência ao estigma associado ao cigano, relativamente à dependência de subsídios, e temos uma medida que está de certa forma a contribuir para a discriminação da comunidade cigana.

Desta forma, muitos bolseiros e antigos bolseiros referem que apesar dos estudos entrar no mercado de trabalho é assustador e competitivo. E que rara são as vezes que se mostram mais qualificados em comparação com outro estudante, aliás no geral são menos qualificados dado o seu percurso escolar não ser embelezado com escolas de línguas, estágios profissionais incríveis, entre outros. Desta forma, acreditam não haver qualquer motivo para que sejam

escolhidos, e sendo iguais a qualquer outra pessoa a concorrer pela vaga poderão facilmente ser descartados por serem ciganos. A discriminação continua, independentemente de terem estudos ou não.

O antropólogo Roque Laraia (2001) indica que os valores, comportamentos, a postura corporal é determinada culturalmente. Dado existir, na maioria das sociedades, um condicionamento cultural que se traduz numa discriminação de todo o comportamento que seja diferente (Laraia, 2001). Para além deste fator, muitos referem o facto de quererem continuar e seguir doutoramento, mas não conseguem, porque a bolsa não abrange esse nível de estudos. Desta forma, muitos são os bolseiros que sugerem melhorias no apoio prestado ao universitário cigano, incluindo um apoio pós universidade até encontrar o seu primeiro trabalho. Esta não é a única sugestão.

4.7. O que melhorar? - Opiniões e Sugestões dos bolseiros

Quando se aborda a bolsa em si, as opiniões são diversas, mas muita coisa tem em comum. Poucos foram os bolseiros que conheciam a bolsa, mas uma das bolseiras referiu até que foi o seu próprio pai que lhe falou da bolsa.

“O meu pai já conhecia o programa, já sabia que ele existia, por isso desde que me lembro que sei que o programa existe. Claro que apresenta algumas falhas (...)nomeadamente que a mediação que apresentam no programa raramente acontece, ou seja, eu em três anos vou falando com a minha mediadora, mas é raro (...). Em três anos só me vieram ver uma vez, mas também temos a questão do covid que pode ter impedido esta conexão. É uma situação um bocado atípica, nesta fase do covid.” - Bolseira

Este desconhecimento por parte da bolsa acaba por abordar um assunto sensível, a forma como a informação desta é difundida. Normalmente a informação de inscrição da bolsa é difundida online, nos sites oficiais do ACM e dos Facebook dos responsáveis. Contudo, muitos são os ciganos no limiar da pobreza, sem possibilidade de ter internet em casa ou um computador. Para além desse facto, acrescenta-se a pouca informação nas escolas, que poderia

ser outro meio de difusão deste tipo de apoio. Assim, quem conhece a bolsa normalmente conhece através de outros bolsiros e não através dos sites oficiais ou escola, o que mostra a pouca eficácia de difusão de informação por esses meios. Assim é possível que a forma de difusão da bolsa esteja a fazer uma seleção dos alunos que se candidatam, excluindo à partida os que não tem acesso a esse tipo de meio de comunicação.

“Entrevistado— Eu acho que a bolsa é uma boa iniciativa, mas acho que a pergunta devias fazer é se está a ser entregue a quem mais merece. Olha o “fulano” tem cinco bolsas, entre elas a bolsa OPRE. Vamos ser sinceros, não teria sido mais justo dar a bolsa a outra pessoa?

Eu- Sim mas por exemplo deram 39 bolsas em 40, logo não é que tenha alguém ficado sem bolsa para ele ter..

Entrevistado- Sim verdade. Mas também não tem as bolsas preenchidas porque só passam as bolsas, as informações das bolsas via online. Olha tipo Beja, eles nem água potável tem quanto mais internet. Se não há internet não há acesso há informação da bolsa. Além disso, torno a dizer a bolsa é excelente, mas acho que as pessoas no poder deviam mudar.

E- Pessoas no poder, como assim?

Entrevistado- Fulanos e Assim. Tipo, saímos a noite e criticam-nos, a bolsa é para integração, para quebrar estereótipos e só está a perpetuar. Eu acredito que tenha sido uma grande vitória lutar por esta bolsa e ver a ser real, o projeto. Mas não sei... sinto-me mais oprimida agora do que quando não fazia parte da opre, tipo não oprimida sempre, só nos encontros. Temos de estar sempre a fingir, a agir como é suposto agir. Tentar ser sempre uma boa cigana, ou pelo menos o que é considerado estereotipamente uma boa cigana. E as vezes e cansativo, sempre a fingir. Há ciganas aqui que fumam e fumam as escondidas, porque cigana não fuma... tipo... Mas só isso mudava na bolsa! De resto, olha a fulana, se não fosse a bolsa

nunca tinha vindo tirar o curso dela. Até podia não estar casada, mas sei lá, vejo a casada. Eu tava a estudar, provavelmente, mas isso porque o meu pai gosta de me ver a estudar “

Desta forma, poderá surgir uma questão importante, se a bolsa realmente está a beneficiar quem realmente necessita. Muitos bolseiros referiram o facto de a bolsa ser uma ótima ajuda, mas a maioria abordado sobre o tema também admitiu que se não fosse a bolsa teriam arranjado outra forma de estudar. Apesar de serem indivíduos de origem cigana, nenhum bolseiro vem de um lar sem meios de ser habitados, todos possuem água canalizada, luz, internet. Existe alguns bolseiros que já foram, no passado, realojados em bairros sociais. Este facto torna-se interessante para refletir sobre a quantidade de indivíduos ciganos, que por falta de acesso à informação estão a deixar os seus sonhos para trás. Com todos estes questionamentos é importante relembrar o quanto os bolseiros se sentem gratos pela oportunidade, tendo, com a bolsa, quebrado um ciclo de não prossecução de estudos. Para além disto, através da bolsa mais familiares prosseguiram os estudos e é, inclusive, comum encontrar irmãos a estudarem, ambos bolseiros. No que toca a esta “seleção natural” supra mencionada, comparando este ano letivo com o anterior, pela primeira vez poucos tinham familiares para aconselharem a candidatarem-se à bolsa e muitos eram os que terminavam os estudos universitários. Desta forma, este ano, apenas 28 pessoas se candidataram e apenas 27 tiveram bolsa. Este dado faz-nos questionar se esta seleção natural está realmente a acontecer ou foi apenas uma coincidência.

Entrevistador –“ *Existe alguém na tua família que tenha estudado, prosseguido estudos ?*

Entrevistado 2- *Tipo faculdade? Não. A minha mãe e o meu pai estudaram, mas não muito, e acho que nem nunca sonharam ir para a faculdade! Mas também estamos numa época diferente, a venda não está a dar já. Pelo menos não como dava! Por isso estudar não é só um capricho sabes? É uma necessidade. Para não repetir ciclos de pobreza. Por acaso nunca passei grandes dificuldades, mas por exemplo, a bolsa ajudou imenso! Era impensável ir para a faculdade, tendo irmãos mais novos os meus pais não iam gastar dinheiro nisto.”*

Outra sugestão que tem surgido é renovação dos responsáveis pela bolsa, entre eles membros de associações ciganas. Essa sugestão parte do teatro social falado no último subcapítulo. Os bolsеiros acreditam que por não haver o chamado “sangue jovem” está a atrapalhar a forma como os bolsеiros se comportam. Para além da sugestão da renovação, os bolsеiros recomenda haver uma verificação das notas, sempre que não houver notas boas então é um motivo para perder a bolsa. Os responsáveis afirmam que isto iria implicar mais stress nos jovens, a ideia é retirar um peso aos pais da faculdade, mas há N fatores para um aluno baixar as notas. E essa situação não pode ser motivo para perder a bolsa. Controlar a quantidade de bolsas que cada aluno tem é outra sugestão dada, muitos afirmam que existe bolsеiros que realmente não necessitam da OPRE e que outros poderiam estar a usufruir. Aumentar o valor da bolsa é outra sugestão, para alunos de mestrado por exemplo, dado que as propinas são mais altas e com as despesas (fotocópias, passe, comida, material) a bolsa acaba por não conseguir suprimir tudo, como suprimia na licenciatura.

Um ponto abordado mais este ano letivo, que em todos os outros, tem haver com a exigência da presença nos encontros, que afirmam ser contraditórios. Apesar de normalmente estes serem marcados com antecedência, temos bolsеiros que trabalham, estudam e tem as suas vidas pessoais. Desta forma, nem sempre é possível alterar toda a dinâmica da sua vida para ir aos encontros originando uma penalização: não receberem parte da bolsa. Contudo, se o aluno está em exames e a bolsa o incentiva a estudar, de que forma é que a mesma exige a faltar aos exames para ir aos encontros? Ou faltar a períodos escolares importantes, tais como, entrega de diplomas? Perdendo desta forma um ritual importantíssimo na vida de alguns estudantes, provocando mais uma vez uma desigualdade.

Os bolsеiros referem também os atrasos nos lançamentos da bolsa e nos pagamentos, que de edição para edição está a piorar. Este pormenor é extremamente importante, visto que o motivo desta bolsa é o incentivo ao estudo, mas se é apenas paga no final do ano letivo (como aconteceu este ano) o que acontece aos alunos que não conseguem pagar as propinas até lá? Um bolsеiro em tom de desabafo acabou por dizer que estava praticamente a terminar o último semestre quando laçam a lista das bolsas . A sua sorte foi ter a bolsa da DGES, mas este ano houve livros que nem comprou, porque a bolsa que tem corresponde ao valor mínimo.

4.8. Discriminação — O impacto OPRE

Questionou-se alguns entrevistados sobre abandono dos estudos e discriminação. Relativamente ao abandono escolar vários conhecem primos que abandonaram os estudos. Normalmente quase todos eles representam os primeiros universitários na família. Isso não significa que os pais ou os primos não quisessem prosseguir estudos, tal como dito em cima, dado o ciclo de pobreza, discriminação que vivem esse tipo de luxo não pode ser tomado.

“Eu sou te sincero, não nasci e comecei logo a sonhar ser universitário. Depois terminei o 9º e não pensei nunca em chegar aqui. A bolsa ajudou-me imenso e ajuda.”

Bolseiro 2

Ao questionar os bolseiros sobre discriminação e exemplos, 5 em 7 afirmaram terem sido discriminados, tanto na escola por professores, como posteriormente na procura de trabalho.

“Ainda na universidade eu falo à senhor (não cigano), ninguém sabe que sou cigano. Ainda não é a altura certa e não quero que achem que passo por ser cigano!”

– Bolseiro 1

Questionarem os seus sucessos como estudantes, turmas isoladas, fazerem comentários que perpetuam estereótipos, entre outros, são vários dos exemplos de discriminação sofridos nas escolas. Estas foram praticadas por professores, auxiliares e colegas trazendo traumas que ainda hoje estão vivos. Desta forma, a melhor forma de defesa destes bolseiros é não se assumirem como ciganos, tentando ocultar. Esta ocultação não é comum a todos, muitos assumem com orgulho as suas origens e fazem questão de haver um reconhecimento do seu feito.

“Nunca senti discriminação, também venho de um meio pequeno, todos me conhecem. Na escola sempre foi tranquilo. Agora na faculdade, não ando a dizer que sou cigana, mas se me perguntarem não tenho problema em dizer que o sou.” - bolseira 2

Ser estudante universitário oriundo da comunidade cigana é um motivo mais que orgulho, mas a realidade é que na maioria dos casos as pessoas, oriundas da sociedade dita majoritária, não estão preparados para ver indivíduos ciganos no mesmo lugar que eles. Tal como não estão preparados para verem ciganos em lugares de poder, em profissões ditas de pilar (enfermagem, medicina, professor) o que mostra que é urgente que surjam cada vez mais indivíduos ciganos nesses cargos. Não só pela visibilidade para tantas outras crianças ciganas que não acreditam que seja possível se tornarem quem querem ser, como para que o estranho se torne comum diminuindo a discriminação indiscriminada que sofrem.

Ao analisar os comentários nas redes sociais às publicações de jornais sobre ciganos universitários, continua-se a encontrar um número absurdo de pessoas com comentários xenofóbicos. A desvalorização pelos feitos destes universitários mostra que, apesar da tentativa, a discriminação está longe de acabar. Assim, os nossos estudantes ciganos têm de cada vez ser mais fortes para saberem lidar com a constante desaprovação da sociedade, mesmo quando estes fazem o que esta lhes manda: estudar e trabalhar.

4.9. O melhor da OPRE

“O bom é que no início o meu pai não queria que eu estudasse e agora tem orgulho em mim. Eu acho que os moderadores serem como nós é bom, sabem falar com os nossos pais!”

Bolseira 1

Com tudo o que foi dito anteriormente, pouco ficou por dizer. A bolsa tem muitas falhas relatadas pelos bolseiros, muitos afirmam que os moderadores nunca os foram visitar. Que se sentem desprezados por estes, admitindo que existe bolseiros dito modelos e que como são os favoritos acabam por além de ter acesso a todas as oportunidades a terem visitas por parte dos moderadores.

“As vezes sinto-me invisível, sou mulher cigana o que já não é fácil e depois o Fulano (bolseiro) é a cara bonita do Fulano. Tudo o que ele faz é que está bem feito. Epá não tiro o mérito dele, mas todos nós aqui temos mérito! Olha tu... 2 mestrados e a trabalhar, mas sabem dizer que não vais ser capaz. Deviam era ter orgulho, uma cigana superinteligente. O mesmo acontece com a fulana, trabalha nos bombeiros e estuda, já viste o quanto ela é incrível? Ainda está casada! Somos tantos ciganos de sucesso, porque falar sempre do mesmo?” – Bolseira

Porém, existe o outro lado da moeda: bolseiros que sem os moderadores provavelmente não estariam a estudar. Este tipo de relação entre moderador e família mostra-se importantíssimo para o sucesso da bolsa.

A bolsa OPRE terminou mais uma edição com sucesso: mais licenciados e mestres ciganos estão agora a caminhar para o competitivo mercado de trabalho. Os bolseiros acreditam que para o próximo ano letivo (2023-24) será ainda mais difícil de “arranjar bolseiros” já que muitos tem irmãos demasiado novos, ou primos que não querem estudar. Isto quer dizer, no fundo, que não tem quem recomendar e não acreditam que os outros meios de difusão de informação tenham sucesso. Esta situação coloca todos, os que lutaram por esta bolsa ou até mesmo bolseiros, com medo que implique a diminuição do número de bolsas dado não se justificar 40.

5. Conclusões e Considerações finais

A comunidade cigana possui uma história carregada de sofrimento, discriminação e luta. Ao final de vários séculos de chegada aos países onde se encontram, entre eles Portugal, muitos são os problemas estruturais e institucionais que permitem que esta minoria continue a ser alvo de discriminação. Estes atos, mesmo que inconscientes, realizados pela sociedade dita majoritária, são responsáveis por feridas interiores que influenciam milhares de vidas. Em consideração a este passado a Europa tem se focado em desenvolver políticas de integração social.

As políticas de integração social das comunidades ciganas na Europa têm como principal objetivo uma melhoria da condição de vida das comunidades ciganas, incluindo habitação, aplicação dos direitos humanos e educação. As crianças e jovens ciganos são, ainda hoje, portadores das maiores taxas de insucesso escolar e abandono escolar. Este resultado mete em causas as medidas compensatórias e a sua incapacidade de resolver este flagelo.

Entre diversas medidas de integração é de salientar o incentivo à progressão de estudo, com dois programas importantes: RomaEduca e OPRE. Sendo o OPRE um programa mais antigo que o RomaEduca, poucos são os dados que podemos retirar sobre o sucesso do programa. Todavia é sabido que, para já, este programa tem tido todos os anos aderentes; são vários os cursos e várias as idades dos bolseiros; o apoio que este programa oferece é diferente de qualquer bolsa até então criada; tem ajudado a criar futuros exemplos para a comunidade; tem aumentado a taxa de universitários provenientes de origem cigana. Para além das ferramentas dadas por este programa, que permitirão terminar com ciclos de pobreza, estão a ter um impacto relativamente às questões de género. Era mais comum encontrar um homem cigano a trabalhar e/ ou a estudar do que uma mulher. Todos os anos, o aumento do número de meninas na bolsa é visível o que permite que estas futuras licenciadas/ metres tenham a independência que tanto necessitam.

Para além deste tipo de iniciativa permitir a possibilidade de realizar sonhos é criar representação cigana. Quanto mais comum seja encontrar ciganos no hospital, a trabalhar; numa farmácia, maior será a possibilidade de diminuir a discriminação de que são alvos. Como todas as medidas de integração, tem os seus pontos positivos e negativos. Com o trabalho etnográfico foi possível encontrar opiniões diversas sobre a OPRE. Muitos bolseiros acreditam que a bolsa,

apesar de ser uma medida incrível, pratica ainda que indiretamente uma seleção de quem se candidata. Dada a forma como é divulgada (online) condiciona o número de candidaturas e o tipo de classe social que se candidata. Caso sejam pessoas com limitações financeiras, certamente não terão acesso ao computador em casa, dificultando a sua candidatura. Poderá se sugerir então que usem os computadores da escola, mas a verdade é que se vivem na ignorância relativamente ao programa, mesmo com acesso na escola não saberão da sua existência. Para além desta dita seleção, o programa possui outras arestas a limar, segundo os bolsiros o programa oferece um apoio de mediadores. Estes mediadores são provenientes da comunidade cigana. Contudo, mesmo sendo obrigatório as visitas aos bolsiros, por parte destes mediadores, pelo menos uma vez por semestre, não esta a ser feito. Os bolsiros afirmam acreditar que existe alunos privilegiados que para além do acesso as visitas dos moderadores possuem outras regalias. Curiosamente, nenhum dos bolsiros assinalados como sendo privilegiado é do sexo feminino.

Relativamente as bolsiras, muitas afirmam que a bolsa tem mantido estereótipos, provocando uma pressão redobrada nestas. Afirmam que sempre que vão aos encontros presenciais sentem a necessidade de se comportarem como uma “boa cigana” se comportaria. No fundo, representam um papel até ao final do encontro, onde a única regra é não ser elas próprias. Os próprios bolsiros reconhecem que também representam, criando uma personagem do homem cigano conservador. Criticam as bolsiras, mesmo que conscientemente não acreditem nas críticas que fazem, contudo afirmam que é o que é esperado deles. É de destacar a importância das mulheres ciganas e o seu papel na família, sendo através delas que a cultura cigana sobrevive (apesar do homem ser responsável por educar os filhos e transmitir a cultura também). Por esse mesmo motivo, há um medo partilhado por vários pais e indivíduos da comunidade cigana, em que estas mulher se “percam” no mundo dos não ciganos. Apesar deste medo, as bolsiras referem o desejo dos pais em vê-las continuar a estudar, mostrando um passo grande na sua emancipação. Esta emancipação é observada também com o controlo da natalidade, casamentos mais tardios, conquista da sua voz e com isso poder partilhar as suas opiniões.

Para além destas situações, vários bolsiros queixam-se da falta de controlo no acesso à bolsa, afirmando que existem bolsiros que não necessitam desta para completar os estudos. Questionam se realmente a bolsa está a ser dada a quem realmente precisa e se porventura não haverá ciganos que necessitam e nunca a têm. Sugerem ainda que haja um aumento no valor da bolsa, isto é, consoante o nível de estudos. Essa sugestão vem da dificuldade de usarem o valor

da bolsa para outros efeitos se não para as propinas, ficando fotocópias, alojamento e transporte para a faculdade, a cargo do bolsheiro.

Apesar de todas as queixas e sugestões dos bolsheiros é de salientar que é urgente haver mais estudos sobre o impacto que as medidas de integração tem na vida da comunidade cigana. Quanto a esta bolsa, o resultado para já tem sido positivo, contudo os bolsheiros sentem-se desamparados depois de terminar o ensino superior. Este dado mostra uma outra abrangência que este apoio podia ter: integração no mercado de trabalho. Outro dado importante é a pressão que os bolsheiros sentem em representar um papel estereotipado do cigano perfeito, o que poderá levar a uma desistência precoce do programa, afetando a conclusão dos estudos. Para além desta desistência, permite ainda a manutenção de uma ideia da comunidade cigana que poderá afetar na sua integração.

No que toca à integração da comunidade cigana, podemos ressaltar dois problemas: o problema da comunidade que vive à margem e da sociedade maioritária que a mantém à margem e impõe as suas regras. Será necessário parar de olhar para o acesso ao mercado de trabalho, e para a escolarização como desejos intrínsecos ao ser humano e sim reconhecê-los como necessários devido à sociedade em que estamos inseridos. Sendo necessário e frutos de uma sociedade dita maioritária, há uma exigência de adaptação da comunidade cigana, questionando-me até que ponto não chega a ser opressivo. Mas estas questões podem ser desenvolvidas para outras medidas de integração, tais como habitação, quando realocados são inseridos nos bairros sociais— que por si só já são marginalizados. Pode surgir então a questão de até que ponto as medidas de integração estão realmente a ser justas para a comunidade cigana.

No que toca ao ensino público, há cada vez mais uma divisão entre “escolas de bem” e escolas frequentadas por minorias e classe social baixa. É nestas escolas frequentadas por classes sociais baixas que encontramos os alunos ciganos, que normalmente, se encontram nas turmas mais complicadas. Esta segregação baixa a motivação tanto dos alunos ciganos, como dos outros alunos, baixando a expectativa em relação a estes. Desta forma, é possível concluir a baixa escolarização não é só um problema da falta de integração da comunidade, mas também da deterioração do sistema público de ensino. Para além desta baixa integração e baixos estudos, este tipo de organização nas escolas perpétua também, na sociedade dita maioritária, um pensamento negativo no que toca a comunidade cigana. Primeiramente, este pensamento deve-se ao facto de serem crianças pequenas, e os seus valores estão a ser construídos ainda, se nesse período tão importante são colocados em turmas com melhores resultados e isolados da

comunidade, há uma perpetuação da ideia de superioridade em relação a estes. Mas não só, continua-se a perpetuar a inexistência de conhecimento da cultura da cigana e sociabilização, que alimenta cada vez mais a segregação.

Outro fator que se revela importante é a falta de valorização da cultura cigana, tanto nas escolas como de forma geral. Esta falta de valorização, demonstrada tanto na ausência de ensino da história cigana na escola, o não ensinar em História o holocausto cigano, entre outros, é responsável pelo desconhecimento por parte dos não ciganos desta cultura. E quando existe desconhecimento, existe mais facilmente racismo. Estes dados revelam a necessidade de reestruturação no ensino a fim de beneficiar a cultura, dando-lhe voz. Esta preocupação existiu para outros povos, entre eles os judeus, mas continua a haver uma ausência e negligência no que toca a devolver a história da comunidade cigana ao mundo.

Referências Bibliográficas

- A etnia Cigana em Portugal* (2001), disponível 05/01/2022: https://www.janusonline.pt/arquivo/2001/2001_3_3_10.html
- Alves, Branco, Carreira e Santos (2020) O processo de Reflexão sobre o projeto Reflexo— Análise de Trabalho colaborativo IES-OSC sobre a Escola e as Comunidades Ciganas
- Anguera (1978) Metodologia de la observacion em las ciências humanas, Madrid: Ediciones Cátedra
- Auzias, C. (2001) Os ciganos ou o destino selvagem dos Roms do Leste, Lisboa: Edições Antígona
- Baranyai, B., & Kiss, N. (2016). *Opré Chavalé: Quebrar as barreiras que separam as comunidades ciganas do ensino superior*. Plataforma portuguesa para os Direitos das Mulheres/Letras Nómadas.
- Bastos, José Gabriel Pereira (2012) “*Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*”
- Becky Taylor & Jim Hinks (2021) Que campo? Onde? Trazendo à tona a história dos ciganos, ciganos e viajantes, *História cultural e social*, 18:5, 629-650
- Burguess, R.G. (1984) 1997 “A pesquisa de terreno”, Celta, Oeiras
- Burawoy (1976) “The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States”
- Blanes, Ruy Llera (2006) “*Aleluia! Música e Identidades num movimento envagélico cigano na Península Ibérica*” Tese de Doutoramento, instituto de ciências sociais Lisboa
- Bhasin, M.K. (2007) “*Demorgaphy of the tribal groups of Rajasthan: 1. Population Structure*” in “*the antropologist*”
- Cardoso *et all* (2021) Um olhar sobre as representações do povo cigano na imprensa espanhola: O caso dos jornais *EL PAÍS* E *EL Mundo* DOI: 10.7311/ITINERARIOS.34.2021.09

Calderón, A. I., Pedro, R. F., & Vargas, M. C. (2011). Social responsibility of higher education: The metamorphosis of Unesco discourse in focus. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, 15 (39), 1185-1198.

Castro, Eduardo Viveiros de. (1996). *Os Pronomes Cosmológicos e o Perspetivismo Ameríndio*; in. *Mana* 2(2): 115-144

Casa-Nova, Maria José (2008). “*Minorias*”, Ministério do trabalho e da solidariedade social, Lisboa

Casa-Nova, M. J. (2009). *Etnografia e produção de conhecimento. Reflexões críticas a partir de uma investigação com ciganos portugueses*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Casa-Nova, Maria José (2012). “Citoyenneté, ethnicité et dialecticité du pouvoir dans les relations de genre. Discours et pratiques dans une communauté tzigane du Portugal”. In Maxime Cervulle, Danièle Kergoat et Armelle Testenoire (Coords.). *Cahiers du Genre. Subjectivités et rapports sociaux*. Numéro 53. L'Harmattan, 121-144.

Comunidade Cigana Em Portugal (2017), disponível a 10/05/2020

<https://www.dn.pt/lusa/comunidade-cigana-em-portugal-e-de-37-mil-individuos-e-913-nao-tem-o-3o-ciclo-8490570.html>

Comissão Europeia (2011). Programa-quadro da UE de Estratégias Nacionais de Integração dos Ciganos. In *Inclusão Social*, consultado a 20 de Dezembro 2021 em <https://bit.ly/3aAMI9i>.

Comunidades ciganas continuam a ser discriminadas (2020), disponível 05/01/2022 <https://www.jn.pt/nacional/comunidade-cigana-continua-a-ser-discriminada-em-portugal-11751354.html>

Costa, A. B., e Pimenta, M (coord). (1991). “*minorias étnicas pobres em Lisboa*”, Lisboa: centro de reflexão cristã

Costa J. Almeida, A. SAMPAIO e MELO, A. (2003) *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8.ª ed., Porto: Porto Editora, p. 355

Costa, Maria Elisa Lopes, (1995). “*Ciganos: Fontes para o seu estudo em Portugal*”, Presença Gitana, Madrid

Decreto-lei 3-A/96 disponível <https://dre.tretas.org/dre/72352/decreto-lei-3-A-96-de-26-de-janeiro>

Decreto-lei 296-A/95 disponível <https://dre.tretas.org/dre/70611/decreto-lei-296-A-95-de-17-de-novembro>

Decreto-Lei nº 31/2014 disponível <https://dre.pt/pesquisa/-/search/572382/details/maximized>

Dias Sobrinho, J. (2015). Universidade fraturada: Reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. *Avaliação*, 20 (3), 581-601.

Devereux, George; (1967). *From Anxiety to Method in the Behavioral Sciences*; Mouton Co; The Hague; Paris

Estrela, A (1990) Teoria e prática de observação de classes: uma estratégia de formação de professores (3ª edição). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Estratégia Nacional Comunidades Ciganas (2018), disponível a 05/01/2022: <https://www.publico.pt/2018/11/08/sociedade/noticia/estrategia-nacional-comunidades-ciganas-revista-aprovada-1850409>

Fallacies of racism exposed: UNESCO publishes Declaration by world's scientists. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000081475.nameddest=81475> Acesso em: 13/09/2022.

FENTON, Steve. (2005) Etnicidade. Lisboa: Edições Piaget, 1ª Edição

Fernandes, P. (2018). *Rostos que integram a sociedade: Comunidade cigana e serviço social*. Repositório ISCTE-IUL.

Ferrari, Florência. (2010). O MUNDO PASSA uma etnografia dos Calon e suas relações com os brasileiros. Tese de Doutorado Departamento de Antropologia Social, São Paulo

Ferrari, Rogério. (2011). Ciganos. Bahia: Gráfica Santa Marta

Fienbork, Gundula e outros. (1998) Nunca ganhei nada na vida: Histórias de Ciganos da Europa de Leste. Lisboa: Fenda Edições

Gilsenbach, R. (1988) “Die Verfolgung der Sinti - ein Weg der nach Auschwitz führte”, IN: Ayass, W. et alii, 1988, pp. 11-41.

Guimaraes, Marcos Toyansk Silva. (2012). O associativismo transnacional cigano: identidades, diásporas e territórios. 229 f. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo.

Goffman, Erving (1985) A representação do Eu na vida cotidiana tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis, Vozes

Iturra, R. (1986) Trabalho de Campo e Observação Participante em Antropologia in: Silva, A.S. e Pinto, J.M. (orgs) Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Edições Afrontamento.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias (1997), disponível 05/01/2022: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:41996X0815&from=ES>

Klineberg, Otto (1966) *As Diferenças Raciais*. São Paulo: Nacional

Laraia, Roque de Barros (2001) *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (col. Antropologia Social)

Lima, Antonia Pedroso (2016) O cuidado como elemento de sustentabilidade em situações de crise. Portugal entre o estado providência e as relações interpessoais. In *Cadernos pagu* (46), janeiro-abril 2016, p.79-105

Malheiros, Jorge Macaísta e outros (2007). Espaços e expressões de conflito e tensão entre autóctones, minorias migrantes e não migrantes na área metropolitana de Lisboa. Edição Alto-comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Observatório da imigração, março de 2007, p.139.

Martins, M. Fernanda, (1995), “*O povo cigano: Cidadãos na Sombra- Processos explícitos e ocultos de exclusão*”, Afrontamento, Porto

Magano, O., & Mendes, M. (2014). Ciganos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 4, 15-35.

Mendes, M. (2005) *Nós, os ciganos e os outros: Etnicidade e Exclusão Social*. Livro Horizonte, Portugall

Mendes, M., Magano, O., & Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. ACM, I.P.

Mendes, M., Magano, O., & Costa, A. R. (2020). Ciganos portugueses: Escola e mudança social. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 93, 109-126.

Moonen, Frans. (1999). *Rom e Calon: os assim chamados ciganos*. 1 ed. Recife,

Moonen, Frans. (2011). *Anticiganismo: Os ciganos na Europa e no Brasil*. 3 ed. Recife,

Moonen, Frans. (2013). *Políticas Ciganas no Brasil e na Europa. Subsídios para encontros e congressos ciganos no Brasil*. Segunda edição revista e ampliada. Recife

Morais, Nuno (2005), 'Ciganos, e com muito gosto', *A folha - Boletim da Língua portuguesa nas instituições europeias*. N.º 18 – Primavera de 2005. Disponível em:

https://ec.europa.eu/translation/portuguese/magazine/documents/folha18_pt.pdf Acesso em 13/09/2022.

Naray, K. (1993) How native is a “Native” Anthropologist? in *Breath on thr Mirror* HarperSanFrancisco

Nunes, O. (1996). *O povo cigano*. Lisboa: Edição do autor de parceria com a Obra Nacional da Pastoral dos ciganos.

Pereira, C. da Costa. (1985). *Povo cigano*, Rio de Janeiro (edição da autora) -- 1990, “Gli zingari in Brasile”, *Lácio Drom*, ano 26, no 6, pp. 3-5

Pinto, Paulo (2013), *Cultura Oral: Oratura, escritas ágrafas, geografia corporal e observação direta* pp 131- 140

Portaria nº745-M/96 disponível <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/584816/details/normal?q=cigano>

Retrato profundo povo cigano na Europa (2019), disponível 05/01/2022: <https://www.publico.pt/2019/01/14/p3/noticia/indesejados-retrato-profundo-povo-cigano-europa-1856844>

Resolução do Conselho de Ministros nº154/2018 disponível https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/117142874/details/maximized?filterAction=TRUE&q=cigano&docType_facet=LEGI SLACAO&perPage=25&fqs=cigano

Rosário, Edite and Tiago Santo e Silvia Lima (2011) “*Discursos do Racismo em Portugal: Essencialismo e inferiorização nas trocas coloquiais sobre categorias minoritárias*”, Alto-comissariado para a imigração e diálogo intercultural, Lisboa

Santos, Josefa Alessandra da Silva (2019) “From the participant observation to field research—As claude Lévi-Strauss’s Contributions to Anthropology science”, *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação- Criciúma*, v.5., Brasil

Sarmiento, Clara (2014). “*Comunicação, representações e práticas interculturais: Uma perspectiva Global*”, centro de estudos interculturais, Porto

Sperber, Dan; (1985). *On Anthropological Knowledge*; Cambridge University Press

Thankur, Harish (2013) “*Theories of Roma Origins and the Bengal Linkage*”

Vasconcelos, Marcia; COSTA, Elisa. Datas de celebração e luta pelos direitos dos Povos Romani (Ciganos): 8 de Abril Dia Internacional dos Romani (Ciganos), 24 de Maio Dia Nacional do Cigano, 2 de Agosto Dia Internacional em Memória do Holocausto Cigano. Brasília: AMSK, 2015. ISBN: 978-85-67708-02-7. Disponível em 16/11/2022

Vida e Futuro (2019), disponível 05/01/2022: <https://www.dn.pt/vida-e-futuro/o-rsi-permitiu-que-as-pessoas-ciganas-fosse-a-escola-10973404.html>

Yours, J. 1987 [1967]. The gypsies, Prospect Heights, Illinois: Waveland Press -- 1988 [1971]. Crossing, Prospect Heights, Illinois: Waveland Press